UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO CIÊNCIAS HUMANAS – DCH – *CAMPUS* IX
COLEGIADO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

LENIRA CRISTINA DE OLIVEIRA GOUVEIA

FOME:
Um problema social de Barreiras-BA

BARREIRAS-BA
2022

LENIRA CRISTINA DE OLIVEIRA GOUVEIA

FOME:
Um problema social de Barreiras-BA

Monografia apresentada à Universidade do Estado da Bahia-*Campus* IX como um dos pré-requisitos para a obtenção do Grau de Licenciatura em Ciências Biológicas.

Orientadora: Profa. Ma. Maria Anália Macedo de Miranda.

BARREIRAS-BA
2022

LENIRA CRISTINA DE OLIVEIRA GOUVEIA

FOME:
Um problema social de Barreiras-BA

Monografia apresentada à Universidade do Estado da Bahia-*Campus IX*, como um dos pré-requisitos para a obtenção do Grau de Licenciatura em Ciências Biológicas.

Orientadora: Profa. Ma. Maria Anália Macedo de Miranda.

Aprovada em: 20/07/2022

BANCA EXAMINADORA:

Professora Ma. Maria Anália Macedo de Miranda
Docente na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) / Departamento de Ciências Humanas (DCH) *Campus IX* – Barreiras

Professora Dra. Sandra Elisa Guimaraes
Docente na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) / Departamento de Ciências Humanas (DCH) *Campus IX* – Barreiras

Professor Dr. Valney Dias Rigonato
Docente na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)

FICHA CATALOGRÁFICA

Sistema de Bibliotecas da UNEB

G719f Gouveia, Lenira Cristina de Oliveira

FOME: Um problema social de Barreiras-BA / Lenira Cristina de Oliveira Gouveia. - Barreiras, 2022.

76 fls.

Orientador(a): Profa. Ma. Maria Anália Macedo de Miranda.

Inclui Referências

TCC (Graduação - Ciências Biológicas) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas.

1.Vulnerabilidade Social. 2.Pobreza. 3.Agronegócio. 4.Capitalismo.

CDD: 305

À minha mãe, Lucinete de Oliveira Gouveia, a meu pai, Edvaldo Gouveia Gabriel, a meu irmão Jordan de Oliveira Gouveia, a meu esposo João Marcos Gonçalves dos Passos e ao meu amado filho Daniel dos Passos Gouveia. Vocês são o motivo de eu ter chegado até aqui.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus, todo poderoso, agradeço pela força e proteção de sempre. Sem a sua graça não seria capaz de alcançar a conclusão deste trabalho.

À minha família, que quase não tenho palavras para descrever sua importância em minha vida. Ao meu pai Edvaldo Gouveia Gabriel, minha mãe Lucinete de Oliveira Gouveia, meu irmão Jordan de Oliveira Gouveia e meu esposo João Marcos Gonçalves dos Passos, eu nunca teria conseguido sem o apoio de vocês. Obrigada por tudo, de coração.

À Universidade do Estado da Bahia – *Campus* IX, por ser um espaço que privilegia o conhecimento, onde todas as ideias são bem recebidas e que me deu o incentivo e os meios necessários para correr atrás do meu sonho.

Manifesto minha gratidão a todo o corpo docente do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, em especial o professor Me. Fábio de Oliveira por sempre acompanhar, tirar dúvidas e aconselhar sobre questões pertinentes do curso.

À minha orientadora, professora Ma. Maria Anália Macedo de Miranda pela paciência, pela atenção e por nunca ter desistido de mim. Este trabalho não seria o mesmo sem a sua importante contribuição. Gratidão pelos meses, dias, horas e segundos de sua dedicação e por estar sempre à disposição.

Aos meus amigos e colegas do curso de graduação turma 2016.1 que compartilharam dos inúmeros desafios que enfrentamos, sempre com o espírito colaborativo. Em especial, Mércia Rufino da Silva Schneider e Viviane Vasconcelos Chaves pelo companheirismo e pelas palavras de incentivo nos momentos de desânimo.

A todos que contribuíram com a pesquisa, principalmente os moradores do Lixão, os Diretores da Rede Municipal de Educação e Técnicas de Referência dos CRAS do Município de Barreiras/Bahia.

Aos membros da Banca Examinadora deste trabalho, à professora Dra. Sandra Elisa Guimarães e o professor Dr. Valney Dias Rigonato por aceitarem o convite. Obrigada pelas contribuições.

Por todas as formas de contribuição que recebi nesse processo de transformação acadêmica, gratidão!

Fome! Haverá quem saiba toda a significação desta pequena palavra de 4 letras? Só quem já tenha sentido as garras da fome despedaçar suas entranhas, poderá conhecer o significado desta palavra mortal. É um vocábulo que se encontra na história e nos dicionários, e como não pesa muito nos livros, não pesa também na memória dos homens. Se perguntarmos a alguém se alguma vez sentiu fome, nos responderá que sim, querendo significar, com essa afirmativa, o desejo de tomar alimento, quando já passa da hora de fazê-lo. Mas isto não é fome. Sentir fome é ter a tez cor de terra, é ser um cadáver ambulante, com os olhos fundos, cercados de olheiras; é ter os pomos salientes, a boca entreaberta, como se esperasse uma migalha de pão, e haver perdido a faculdade de mover se. Isto sim é ter fome. Fome! Fome é a desgraça milenária, a maldição bíblica, que paralisa a língua e liga as mãos. A fome é a arma mais formidável que possuem os tiranos e verdugos para submeterem aqueles que querem ser livres e felizes; é um espetáculo divertido para os exploradores. Fome é uma palavra que as autoridades não conhecem, do contrário não seriam o que são.

Jorge E. Adoum

RESUMO

A fome é a questão central desta pesquisa. O fato dela se constituir num problema que afeta 60 milhões de brasileiros, indica estado crítico de insegurança alimentar. No Oeste da Bahia, o avanço do agronegócio culminou no êxodo rural, elevado crescimento urbano e crescimento das populações empobrecidas. Assim, Barreiras se configura como área produtora de riqueza e de pobreza simultaneamente. Como problema central desta pesquisa questiona-se, em que medida a população pobre de Barreiras é submetida à condição da fome? Definiu-se como objetivo principal a problematização da fome no município e como específicos: identificar a fome entre o público de estudantes das escolas de ensino fundamental, relacionar a fome com os dados dos CRAS e com dados oficiais de Barreiras, segundo o Ministério da Cidadania; denunciar a fome como um problema social do município. Realizou-se esta investigação com estudo bibliográfico, tendo Josué de Castro (1960) como referente principal. Apresentou-se questionário fechado para as diretoras escolares e para as equipes de referência da Política Municipal da Assistência Social e entrevista semiestruturada à Presidência da Associação dos Catadores do Lixão. A fome se configura na intensa privação de alimentos, não é um fenômeno natural, é um fenômeno econômico e político. Dos 73.098 barreirenses cadastrados no CadÚnico até maio de 2022, mais da metade (51%) são pessoas cujas famílias estão em situação de extrema pobreza. A fome está presente em Barreiras afetando 37.299 pessoas do município.

Palavras-chave: Vulnerabilidade social; pobreza; agronegócio; capitalismo.

ABSTRACT

Hunger is the central question of this research. The fact that it constitutes a problem that affects 60 million brazilians, indicates a critical state of food insecurity. In western Bahia, the advance of agribusiness culminated in the rural exodus,high urban growth and the growth of impoverished populations. Thus, Barreiras is configured as na área that produces wealth and poverty simultaneously. As the central problem of this research, the question is, to what extent is the poor population of Barreiras subjected to the condition of hunger? The main objective was defined as the problematization of hunger in the municipality and as specific: identify hunger among the publico of elementar school students, relate hunger with data from CRAS and with oficial data from Barreiras, according to the Ministry of Citizenship; denounce hunger as the biggest social problem in the municipality. This investigation was carried out with Josué de Castro (1960) as the main referente. A closed questionnaire was prensented tho the school diretores and the reference teams of the Municipal Social Assistance Policy and a semi-structured interview to the Presidency of the Association of Wast Pickers. Hunger, is characterized by intense food deprivation, it is not a natural phenomenon, it is an economic and political phenomenon. Of the 73,098 Barreirenses registered in CadÚnico until May 2022, more than half (51%) are people whose families are in extreme poverty. Hunger is present in Barreiras, affecting 37, 299 people in the municipality.

Keywords: Social vulnerability; povert; agribusiness; capitalism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRANDH Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos

CAISAN Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

CNSAN Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional

CONSEA Conselho Nacional de Segurança Alimentar

DHAA Direito Humano à Alimentação Adequada

FAO Food and Agriculture Organization of the United Nations

FBSAN Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional FBSAN

LOSAN Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional

MDS Ministério do Desenvolvimento Social

MESA Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e combate à fome

OMS Organização Mundial da Saúde

ONG Organização Não Governamental

ONU Organização das Nações Unidas

PFZ Programa Fome Zero

PIDESC Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

PLANSAN Plano Nacional de Segurança Alimentar e nutricional

PNSAN Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SAN Segurança Alimentar e Nutricional

SISAN Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional

VAP Variedade de Alta Produtividade

DIEESE Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

EPI Equipamento de Proteção Individual

PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar

PENSE Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar

PAIF Programa de Atenção Integração à família

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da localização de Barreiras- BA. 36
Figura 2 - Mapa de locaização do lixão de Barreiras - BA 38
Figura 3 - Mapa da localização dos CRAS..... 39
Figura 4 - Consumo da alimentação escolar pelos estudantes..... 43
Figura 5 - Alimentação escolar servida. 44
Figura 6 - Frequência de estudantes que chegam com fome. 45
Figura 7 - Aspecto de fome dos estudantes. 46
Figura 8 - Estudantes que assumem passar fome. 47
Figura 9 - Cardápio Alimentar Escolar..... 48
Figura 10 - Localização do Cras..... 49
Figura 11 - Número de famílias que passa fome. 50
Figura 12- Alimentação consumida pelos que frequentam o SCFV. 51
Figura 13 - Cardápio da alimentação proposto..... 52
Figura 14 - Alimentação servida. 52
Figura 15 - Aspecto de fome e desnutrição nas famílias..... 53
Figura 16 - Prefeito de Barreiras João Barbosa de Souza Sobrinho..... 54

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13
2 REFERENCIAL TEÓRICO 15
2.1 Fome, insegurança alimentar e direitos humanos 15
2.2 A geopolítica da fome, pobreza e produção de commodities 27
2.3 A produção de riquezas na cidade de Barreiras-BA e a desigualdade social 33
3 MATERIAL E MÉTODOS 36
3.1 Área de estudo 36
3.1.1 Localização 36
3.2 Caracterização da pesquisa 37
3.3 Instrumentos e coleta de dados 37
3.4 Análise dos dados 39
3.5 Método para base lógica de investigação 39
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO 42
4.1 Abordagem da fome na cidade de Barreiras: escolas públicas municipais 42
4.2 Abordagem da fome na cidade de Barreiras: centros de referência de assistência social 49
4.3 Abordagem da fome na cidade de Barreiras: construção do aterro sanitário 54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 59
REFERÊNCIAS 61
APÊNDICE 69
Apêndice A – Questionário Diretores 69
Apêndice B – Questionário CRAS 71
Apêndice C – Entrevista transcrita 73
ANEXOS 76
Anexo A 76

1 INTRODUÇÃO

A humanidade, ainda que no século XXI, tem a fome como um grande desafio. A fome é definida como sendo um desconforto físico, sensação fisiológica, resultante da escassez ou até mesmo da falta crônica de alimentação, que ameaça a manutenção da vida, ou ainda quando se tem acesso ao alimento, e este não é suficiente para o gasto energético das atividades básicas diárias.

A fome é a principal causa de morte e desamparo em nosso planeta, o número de pessoas vivendo em situação de insegurança alimentar subiu para 828 milhões em 2021 no mundo, cerca de 46 milhões a mais comparada ao ano de 2020, e no Brasil o número de famintos já ultrapassa mais de 60 milhões (FAO, 2022). Dessa forma, verificam-se evidências de que as nações estão se afastando cada vez mais do objetivo mundial de acabar com a desnutrição, insegurança alimentar e a fome, lançada pela ONU por meio da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

Este fracasso mundial é consequência da própria natureza do capitalismo, que ao se intensificar faz com que muitas pessoas sejam despojadas dos seus direitos. Se for considerada a produção mundial de alimentos, ninguém deveria passar fome no mundo. Rocha; Alves (2011, p. 1) ressaltam que muitas regiões do mundo sofrem não pela falta de alimentos, mas pela falta de poder aquisitivo, e o aumento do preço dos alimentos está relacionado com o aumento do consumo dos países emergentes [...].

O que se discute é a fome como produto de uma má distribuição da riqueza, de uma má planificação da economia mundial em que o interesse não está em dar atendimento às necessidades biológicas reais de cada povo, mas cumprir apenas as necessidades solváveis de cada população, ou seja, aquilo que ela é capaz de pagar (CASTRO, 1968). Dessa forma, se observa a disfuncionalidade do sistema e o aumento dos preços dos alimentos, que impedem que as pessoas de baixa renda tenham acesso ao consumo. Ziegler (2002, p. 23) expõe que “se a distribuição de alimentos na terra fosse justa, haveria comida suficiente para todo o mundo”.

“A fome sempre existiu como sempre houve pobreza e miséria ao lado da riqueza e do luxo” (CASTRO, 1968, p. 23), em todos os lugares do mundo há a ocorrência da fome, ela é o reflexo da subalimentação severa e permanente em que produz um sofrimento agudo e lancinante do corpo, uma agonia longa e sofrimentos insuportáveis em que conduz inevitavelmente o indivíduo à morte (ZIGLER, 2013).

Assim, o município de Barreiras se situa numa contradição típica das cidades do agronegócio, pois apresenta inegável aumento da produção e produtividade que gera riqueza com concentração intensa, (mesmo que com relativa redução de pobres) e com o apoio financeiro (dentre outros) do Estado. Como problema central desta pesquisa questionou-se, em que medida a população pobre de Barreiras é submetida à condição da fome? Definiu-se como objetivo principal deste estudo a problematização da fome no município de Barreiras.

Como objetivos específicos buscou-se identificar a fome entre o público de estudantes das escolas municipais, relacionar a fome com os dados dos prontuários das equipes de referência dos CRAS de Barreiras, denunciar a fome como um problema social do município ante a produção de riqueza do agronegócio.

Realizou-se esta investigação por meio de estudo bibliográfico tendo como referencial Josué de Castro (1960, 1961, 1968), Milton Santos (1979, 2000), Jean Ziegler (2002, 2013), Valmir Cézar Pozzetti (2019), e Pedro Demo (2006), além de leitura de textos referenciados por meio digital, apresentação de questionário fechado para as Diretoras das Escolas Públicas Municipais, para as equipes de referência da Política Municipal da Assistência Social que atuam nos CRAS e entrevista semiestruturada à Presidência da Associação dos Catadores do Lixão.

O ser humano desestabilizado pela falta de alimentação se torna produto da vulnerabilidade, perde sua autonomia econômica, torna-se um sujeito inapto a executar um bom trabalho, dessa forma, é submetido a uma marginalização social que atinge hoje milhões de pobres do mundo. Transforma-se efetivamente, no dizer de Milton Santos (1987), em um não cidadão. A fome é um grande problema social que Barreiras enfrenta!

Espera-se que esta discussão possa interferir no silêncio desta problemática e trazer à Universidade a fome como conteúdo, para negação da condição de fome já tão naturalizada. E que o ensino, a pesquisa e a extensão possam fechar o cerco descortinando o problema, tornando-o tema transversal em todos os currículos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Fome, insegurança alimentar e direitos humanos

A fome é um grave problema social, é um tema delicado, alarmante que deve ser tratado com bastante atenção. Por ser tão frequente e atingir milhões de pessoas no mundo, a fome leva consigo outras grandes dificuldades a se enfrentar.

A palavra fome vem do latim, *faminem*, e se refere à falta do necessário, sensação fisiológica pela qual o corpo entende que necessita de alimento para a manutenção de suas atividades essenciais. Nas palavras de Freitas (2013, p. 281), não há uma forma geral de discernir ou conceituar a sensação de fome, há muitas concepções e interpretações que muitas vezes num âmbito geral podem ser entendidas da mesma forma, porém se modificam de um faminto para o outro, de um momento para o outro. Pode-se analisar símbolos gerados pela insegurança alimentar, desejos não realizados por alimento, significados que constantemente passam despercebidos.

Castro (2003, p. 76) diz que:

> A noção que se tem, corretamente, do que seja a fome é, assim, uma noção bem incompleta. E este desconhecimento, por parte das elites europeias, da realidade social da fome no mundo e dos perigos que esse fenômeno representa para sua estabilidade social, constitui uma grave lacuna tanto para a análise dos conhecimentos políticos da atualidade, que se produzem em diversas regiões da terra, como no que se refere à atitude que os países da abundância deveriam ter face aos países subdesenvolvidos, permanentemente perseguidos pela penúria e pela miséria alimentar.

Segundo a *Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO),* FEBRER (2014, p.7), o conceito de fome costuma ser utilizado em situações de intensa privação de alimentos e em diversas formas de desnutrição devido a um acesso limitado à quantidade de nutrientes essenciais presentes nos alimentos, e que são necessários para um bom desenvolvimento nutricional, repercutindo nas faculdades físicas e mentais da pessoa afetada, FEBRER (2014, p. 7).

"O fenômeno da fome sempre vai ocorrer em um território, assim sendo, são indissociáveis. A fome pode causar a impossibilidade dos cidadãos de acessar os direitos sociais básicos, deve-se tratar a fome como questão nacional e não como individual, é de responsabilidade de toda sociedade e dos governos, nas suas esferas federal, estaduais e municipais" (PEREIRA *et al.*, 2016, p. 283). A fome é um problema global, ela está em todos os lugares, em todas as regiões, em todas as famílias, na comunidade e ao lado de todos, ela não permite a existência digna, desnutre não só o físico minutando suas capacidades, mas

impossibilita o desenvolvimento quanto ser humano e o suprime dos direitos e deveres cidadãos (ROSA; SOUZA, 2014).

A (OMS) Organização Mundial da Saúde indica que o mínimo de caloria vital para um adulto é 2.200, não consumindo, o adulto apresenta dificuldades em reproduzir com satisfação a sua própria força (ZIEGLER, 2013). Na perspectiva de Castro (2003, p. 85) seria muito mais indicado ajudar essas populações a se nutrir melhor, para que assim pudessem ter capacidade e força para produzir melhor, pois é a fome, de longe, a principal causa de morte e desamparo em nosso planeta (ZIEGLER, 2013).

"Fome não é uma palavra que usamos de modo irrefletido", aponta Erminio Sacco (AFP. ISTOÉ, 2017), especialista em segurança alimentar da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). O termo vem sendo empregado desde o ano 2007 de acordo com uma escala científica acordada por agências do mundo todo. Essa escala é a (IPC), em português Classificação Integrada de Fases de Segurança Alimentar, onde se a mesma declara fome, quando mais de 20% da população de uma região sofre de extrema escassez de alimentos, mais de duas em cada 10.000 pessoas morrem por dia e a desnutrição aguda afeta mais de 30% da população.

Nas palavras de Valente (2003, p. 57),

> Ver os filhos passarem fome é passar fome. Comer lixo é passar fome. Comer o resto do prato dos outros é passar fome. Passar dias sem comer é passar fome. Comer uma vez por dia é passar fome. Ter que se humilhar para receber uma cesta básica é passar fome. Trocar a dignidade por comida é passar fome. Ter medo de passar fome é estar cativo da fome. Estar desnutrido também é passar fome, mesmo que a causa principal não seja falta de alimento.

Danos físicos gerados pela fome podem se converter em danos neurológicos irreversíveis, acompanhados de distúrbios cognitivos e emocionais, assim, o ser humano subalimentado se torna vulnerável, estando debilitado física e mentalmente têm suas competências e funções orgânicas prejudicadas para o desenvolvimento de um trabalho regular (ZIEGLER, 2013). "Nessa complexidade funcional e fisiológica, imagina-se que a "dor da fome" seja incompreensível aos que dela padecem, sendo presenciada, mas não sentida". (ROSANELI *et al.*, 2015, p. 92)

Segundo SACCO (2017), a fome gera alguns impactos a longo prazo, o dano biológico afeta o desenvolvimento, o bem-estar físico, uma força de trabalho fraca e alunos com retardo, atingindo gerações inteiras de crianças. Além de levar consigo um crescimento atrofiado, saúde frágil durante toda a vida de uma pessoa. Tal assunto muitas vezes é silenciado, proibido e principalmente esquecido por todas as esferas sociais, o que é estranho

entender, já que todos, segundo a Constituição possuem direito a uma alimentação de qualidade:

> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, ao trabalho, a moradia, ao transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015).

Analisando os escritos de Josué de Castro verifica-se que a fome não é um acontecimento atual e nem um fenômeno natural, ela sempre existiu, é uma manifestação social, fenômeno econômico e político (MELO *et al.*, 2016). Para CASTRO (2003, p. 76), "toda a terra dos homens foi, até hoje, a terra da fome. As investigações científicas, realizadas em todas as partes do mundo, constataram o fato inconcebível de que dois terços da humanidade sofrem, de maneira epidêmica ou endêmica, os efeitos destruidores da fome".

> Para ele, "consideramos áreas de fome aquelas em que pelo menos a metade da população apresenta nítidas manifestações carenciais no seu estado de nutrição, sejam estas manifestações permanentes (áreas de fome endêmica) sejam transitórias (áreas de epidemia de fome)". (CASTRO, 1960, p. 35).

É por isso que há um olhar de atenção e preocupação entre os estudiosos dos problemas sociais voltados ao sentimento de revolta entre os famintos ante à fartura dos povos ricos, já que é assustador o desempenho da fome no caos econômico e político de nossos dias (CASTRO, 1968). Nas palavras de Ziegler (2013, p. 31) a fome assemelha-se ao crime organizado, porque dentre todos os direitos humanos, o direito à alimentação é, seguramente, o mais constante e mais maciçamente violado em nosso planeta. Os estudos médico-sociais mais modernos vêm demonstrando que nenhum fator mesológico tem maior influência sobre o equilíbrio vital e a manutenção dos níveis de saúde do que o fator alimentação (CASTRO, 1968, p. 17).

> A realidade desta miséria universal dividiu o mundo em dois grupos de seres humanos: o grupo dos que não comem e o grupo dos que não dormem, (...) o grupo dos que não dormem habita as áreas mais ricas do mundo, mas não dormem pelo pavor que lhes infunde a revolta dos que não comem. (*ibidem*, p. 23).

É que o homem assim como qualquer outro animal faminto, alucinado pela urgente necessidade de se alimentar, desperta seus instintos primários e manifesta uma conduta mental que pode parecer perturbadora (CASTRO, 2003). É impossível a criação de uma sociedade pacífica em meio à fome. Em um país onde a paz social só é garantida mediante punição, no qual a angústia em face do amanhã atormenta uma parcela importante da população. A instituição do latifúndio representa a violência. A fome gera um estado constante de guerra (ZIEGLER, 2013).

> Na perspectiva da segurança humana, a segurança alimentar é uma base para paz, estabilidade política e para a sustentabilidade, uma vez que a paz estrutural só pode

> ser atingida caso exista segurança alimentar. Pode- se então afirmar que a insegurança alimentar é uma ameaça às pessoas e ao sistema internacional. É possível inclusive afirmar que não estamos seguros se não tivermos garantias para comprar alimentos, nem liberdade para cultivá-los e estocá-los. (LIMA, 2019, p. 17).

Cabe apontar ainda que, mesmo em países com alto desenvolvimento econômico a insegurança alimentar se faz presente, pois não é a pobreza que a caracteriza. Assim também não é a baixa disponibilidade de alimentos que vai retratar a insegurança alimentar, já que existem regiões onde adultos e crianças passam fome e apresentam altos níveis de suprimento alimentar para consumo humano. A insegurança alimentar também se diferencia do baixo consumo alimentar, já que as carências nutricionais podem estar presentes em lares com segurança alimentar, independente da situação fome (POBLACION *et al*., 2014).

Não é apenas amenizar a fome, mas buscar medidas para superar os fatores que geram esta condição, é essa a exigência para que se efetive o direito humano à alimentação. É um processo que demanda estratégias e que atenda às necessidades básicas do ser humano e não apenas à alimentação, que contribuam para o cumprimento do conjunto dos direitos sociais e em uma proteção social, isso vai além da oferta de um mínimo de renda ou alimento (SCHAPPO, 2021), já que existem declarações e tratados internacionais estabelecendo os direitos humanos, firmados em nome de toda a humanidade com a participação de representantes de todas as nações (ROSANELI, *et al*., 2015).

Os conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) são derivados da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (Lei nº 11.346/2006). A SAN é um conceito em constante construção, é um tema que vem sendo discutido há anos no Brasil. A compreensão que se tem da SAN hoje em nosso país é:

> Realização e garantia do direito de todos ao acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares que possibilitem a saudável reprodução do organismo humano, respeitem a diversidade cultural, e que sejam ambiental, econômica e sustentáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna. (II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2004; art. 3º da Lei de Segurança Alimentar e Nutricional).

O termo Segurança Alimentar passou a ser utilizado durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), na Europa. Um conceito que na época tinha uma forte ligação com o conceito de segurança nacional e atrelada à capacidade de cada país produzir sua própria alimentação, de forma a não ficarem vulneráveis a possíveis impedimentos cercos ou desvios, correspondente a razões políticas ou militares (Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos - ABRANDH, 2010).

Esse conceito, porém ganha força entre os anos (1939-1945) a partir da Segunda Guerra Mundial e, principalmente, a partir da constituição da Organização das Nações Unidas (ONU), 1945. Após a Segunda Guerra, o termo foi tratado de forma hegemônica, como uma questão de insuficiente disponibilidade de alimentos. A partir dessa compreensão, foram instituídas iniciativas de promoção de assistência alimentar que utilizavam os excedentes de produção dos países ricos (ABRANDH, 2013, p. 11). Foi aí que surgiu o entendimento que a insuficiente produção de alimentos nos países pobres, era o que gerava a insegurança alimentar (ibidem, 2013).

> Ainda antes do término da Segunda Guerra Mundial, em cujo momento pode-se observar a formação de um conjunto de variáveis técnicas sociais, econômicas e políticas para a formação da Revolução Verde, instituições privadas, como a Rockfeller e a Ford, vendo na agricultura uma boa chance para reprodução do capital, começaram a investir em técnicas para o melhoramento de sementes, denominadas Variedade de Alta Produtividade (VAP), no México e nas Filipinas. Dentre as sementes, destacam-se o trigo, o milho e o arroz, sementes que são à base da alimentação da população mundial. (SERRA *et al*., 2016, p. 4).

Utilizando um discurso ideológico de ampliar a produção de alimentos e extinguir a fome no mundo, o grupo Rockfeller, sediado em Nova Iorque, amplificou seu mercado consumidor com vendas de pacotes de insumos agrícolas, principalmente para países em desenvolvimento como Índia, Brasil e México, fortalecendo a corporação (*ibidem*, 2016).

É nesse contexto, que surge o grande fenômeno que foi a Revolução Verde. Lazzari e Souza (2017, p. 3) destacam as bases para o início dessa Revolução:

> A introdução da máquina, do veneno e do transgênico nos campos do Brasil foi um processo que se iniciou ainda em tempos de Segunda Guerra Mundial (1939-1945), pois dentre as indústrias mais desenvolvidas neste período, a indústria química se destaca e começa a buscar novos mercados para vender seus produtos, uma vez que terminada a guerra, era necessário outro campo que consumisse as descobertas feitas por este segmento. Com o advento da ciência como única fonte de validade de saber, a Revolução Verde é iniciada na década de 1950, chegando ao sul social do globo por volta da década de 60, momento histórico em que se proclamava a ditadura que faria o Brasil ficar amordaçado por anos.

De acordo com Serra *et al*. (2016), ainda no contexto do final da Segunda Guerra Mundial houve incentivos para a produção e o uso de agrotóxicos como herbicidas, fungicidas, inseticidas e fertilizantes químicos por parte de empresas de produtos químicos responsáveis por equipar a indústria bélica norte americana. Lima (2014, p. 30) destaca que "o radical *cida* tem o sentido de "o que mata", quando proposto ao radical da palavra que nomeia um ser que é alvo de certa ação".

Nessa perspectiva, Farias (2015, p. 81) destaca que a "A "Revolução Verde" constitui-se em um modelo agrícola caracterizada pela associação de insumos químicos (adubos e agrotóxicos), mecânicos (tratores, colheitadeiras mecânicas etc.) e biológicos

(variedades melhoradas)". A inserção dessas novas técnicas ampliou muito os problemas ambientais nos países menos desenvolvidos, onde ocasionou um aumento cruel na produção agrícola (GASPI; LOPES, 2008).

Essas inovações tecnológicas já eram padrão convencional na Europa, nos Estados Unidos e no Japão e se espalhou para extensas áreas dos países subdesenvolvidos, levando consigo o chamado "pacote tecnológico", com a esperança de resolver o problema da fome, afinal, com a intensificação da produção, haveria alimentos para suprir a necessidade da população. A produção total da agricultura de fato cresceu apressadamente, porém nos anos de 1980, o entusiasmo das grandes safras cederia lugar a uma sequência de preocupações relacionadas aos problemas socioeconômicos e ambientais provocados por esse padrão produtivo (SANTANA, 2005).

> No que se refere ao aumento da produção total da agricultura, a Revolução Verde foi, sem dúvida, um sucesso. Entre 1950 e 1985, a produção mundial de cereais passou de 700 milhões para 1,8 bilhão de toneladas, uma taxa de crescimento anual de 2,7%. Nesse período, a produção alimentar dobrou e a disponibilidade de alimento por habitante aumentou em 40%, parecendo que o problema da fome no mundo seria superado pelas novas descobertas. (MAROUELLI, 2003, p. 07).

Dentre as várias críticas à Revolução Verde, será apresentada a seguir a crítica de cunho social, de acordo com Moreira (2000).

> Esse tipo de crítica é relacionada à própria natureza do capitalismo na formação social brasileira e da tradição das políticas públicas e governamentais que nortearam nossas elites dominantes, seja na área econômica, seja no próprio campo político de definição de prioridades. Nos anos 70 e 80, é também uma crítica ao modelo concentrador e excludente da modernização tecnológica da agricultura brasileira, socialmente injusto. (MOREIRA, 2000, p. 45).

A formação social capitalista no Brasil com a forte característica de exclusão social sucedeu a partir da desigual distribuição da propriedade dos recursos produtivos e da elevada concentração da propriedade da terra, uma exclusão de massas significativas da população, refletindo nas condições mínimas adequadas de acesso à terra, ao trabalho, ao emprego, ao teto, à educação, à alimentação e a saúde afetando inclusive o padrão de consumo e a qualidade de vida que se torna viável para as elites e para as populações dos países avançados (*ibidem,* 2000).

> Esse aspecto de crítica à Revolução Verde nos remete, portanto, à *esfera sociopolítica* e às questões de equidade e justiça social. No tratamento dessas questões e em busca da redução dos níveis de desigualdade social, os formuladores de conceito de sustentabilidade deverão considerar, com atenção particular, a radicalidade das ações e práticas políticas e sociais adequadas ao desenvolvimento sustentável no espaço rural. No entanto, elas tendem a afetar interesses sociais constituídos que se fazem representar na formulação e implementação de políticas, como é o caso da presença de antirreformistas nas disputas sobre a reforma agrária no Brasil. (*ibidem*, 2000, p. 45).

A Reforma Agrária no Brasil sobreveio de uma longa trajetória histórica de lutas baseadas na esperança de distribuição de terras. É sabido que a maior parte das melhores terras poucos desfrutam e a maioria conta com uma pequena porção das terras, não sempre da melhor qualidade produtiva. Essas lutam foram justamente para que pudesse diminuir as enormes desigualdades entre os que possuem grandes extensões e aqueles que precisam de um pedaço de terra para subsistir. Participaram dessas lutas diversos e importantes movimentos populares regionais e, ao mesmo tempo houve respostas institucionais e dos proprietários das terras contrárias a uma verdadeira reforma democrática (FERNANDEZ; AZEVEDO, 2014).

> Dois Planos Nacionais de Reforma Agrária foram estabelecidos. O PNRA I em 1985 e o PNRA II em 2003 cujos objetivos buscaram produzir alimentos, gerar empregos, fixar as famílias no campo, melhorar as condições dos trabalhadores rurais e promover a paz no meio rural. [...] Alguns destes objetivos têm sido obtidos de maneira parcial e em outros muito pouco se tem avançado, frustrando as expectativas de uma Reforma Agrária que satisfaça as expectativas criadas. (*ibidem*, 2014, p. 91).

A Revolução Verde assim como a Reforma Agrária teve muitas expectativas frustradas e fracassadas. Para Pozzetti; Santos; Michiles (2019) o grande problema da Revolução Verde encontra-se no fato que o discurso ideológico de produção de alimentos não passa de uma falácia, já que o programa sequer considerou as particularidades do lugar, como o clima, o solo, a capacidade financeira, etc. É aqui que começam a ser delineados os bem pensados traços do agronegócio (LAZZARI; SOUZA, 2017, p. 4). Pozzetti, Santos e Souza (2018, p. 399) reforçam que "o modelo econômico que se funda agronegócio, beneficiado pelos incentivos fiscais no que tange à produção de pesticidas fere frontalmente os direitos fundamentais à vida, à saúde e ao meio ambiente equilibrado".

> Agrotóxicos de um modo geral, são substâncias criadas pela indústria agroquímica para combater pragas na lavoura; sendo que, historicamente, algumas dessas substâncias são oriundas do processo de produção de armas químicas utilizadas durante as duas Grandes Guerras Mundiais. De forma sistemática, a introdução dessas substâncias no Brasil ocorreu em meados da década de 1960 com a implementação de uma política agrícola idealizada pelos Estados Unidos da América: A Revolução Verde. Paralelamente, ao longo dos anos, estudos têm demonstrado os riscos dos usos irrestritos dessas substâncias. (POZZETTI e GOMES, p. 72).

A Revolução Verde tentou, assim, despolitizar o debate da fome atribuindo-lhe um caráter estritamente técnico (GONÇALVES, 2004, p. 8).

> A Revolução Verde substituiu a agricultura nativa com monoculturas, onde as variedades de plantas anãs substituíram as maiores, os fertilizantes químicos substituíram os orgânicos e a irrigação tirou o lugar do plantio alimentado pelas chuvas. Como resultado disso, os solos foram privados de material orgânico vital e as secas causadas pela falta de umidade dos solos tornaram-se recorrentes. (SHIVA, 2006, p. 131).

Até a década de 70 acreditava-se que a questão alimentar estava ligada à capacidade de produção. Em 1974, a FAO promovia a 1º Conferência Mundial de Segurança Alimentar, em uma época em que a ideia de Segurança Alimentar estava exclusivamente ligada à produção agrícola, em um momento com quebras de safra em grandes países produtores e os estoques mundiais de alimentos estavam bastante escassos (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2000).

O problema da fome foi o pilar da discussão nas Conferências dos anos 1970, porém o domínio colonial opressor foi reconhecido como aquele que impedia o avanço socioeconômico e político de forma mais marcante nos países subdesenvolvidos, onde a privação alimentar estava relacionada (MANIGLIA; NETO, 2020). Dessa forma, observa-se que o enfoque, nesta época era o produto, e não o ser humano, visto que o direito humano ficou em segundo plano, já que não era suficiente só produzir alimentos, mas garantir a constância do abastecimento.

Nesse contexto, a Revolução Verde foi intensificada, inclusive no Brasil com a produção de soja. Essa estratégia além de aumentar a produção de alimentos elevou também o número de famintos e excluídos, pois o aumento da produção comprometeu a garantia de acesso aos alimentos (ABRANDH, 2010).

> Nesse sentido, os povos tradicionais presenciaram a modernização da agricultura através da introdução de máquinas e produtos químicos, bem como viveram a experiência do êxodo rural, migrando para as cidades em busca de uma vida melhor. O latifúndio aumentou, o trabalho no campo diminuiu e a tecnologia foi instalada, sendo esse o contexto em que a ciência produtora da tecnologia motriz da modernização do campo no Brasil impulsionou a emergência do capitalismo. (LAZZARI; SOUZA, 2017, p. 10).

Na década de 1980 se constata que a fome e a desnutrição eram causadas mais pelo acesso do que pela produção. No período, o conceito passou a incluir questões como oferta estável, garantia de acesso e a qualidade dos alimentos. Em 1992, essa ideia foi consolidada nas declarações da Conferência Internacional de Nutrição, realizada em Roma, pela FAO e pela (OMS) Organização Mundial da Saúde ABRANDH, (2013). Onde os termos sanitário e nutricional se integram ao conceito que passa a ser denominado Segurança Alimentar e Nutricional (VALENTE, 2002). Esse termo, porém, só foi utilizado com mais força no Brasil após o processo preparatório para a Cúpula Mundial de Alimentação, 1996, e com a criação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), em 1998 (ABRANDH, 2013, p. 13).

Consideram-se dois elementos distintos e complementares no conceito da SAN:

> A dimensão alimentar e a dimensão nutricional. A primeira, refere-se à produção e disponibilidade de alimentos que seja: a) Suficiente e adequada para atender a

> demanda da população em termos de quantidade e qualidade; b) Estável e continuada para garantir a oferta permanente, neutralizando as flutuações sazonais; c) Autônoma para que se alcance a autossuficiência nacional nos alimentos básicos; d) Equitativa para garantir o acesso universal às necessidades nutricionais adequadas para manter ou recuperar a saúde nas etapas do curso da vida e nos diferentes grupos da população; e) Sustentável do ponto de vista agroecológico, social, econômico e cultural com vistas a assegurar a SAN das próximas gerações. A segunda, incorpora as relações entre o ser humano e o alimento, implicando: a) Disponibilidade de alimentos saudáveis; b) Preparo dos alimentos com técnicas que preservem o seu valor nutricional e sanitário; c) Consumo alimentar adequado e saudável para cada fase do ciclo da vida; d) Condições de promoção da saúde, da higiene e de uma vida saudável para melhorar e garantir a adequada utilização biológica dos alimentos consumidos; e) Condições de promoção dos cuidados com sua própria saúde, de sua família e comunidade; f) Direito à saúde com o acesso aos serviços de saúde garantido de forma oportuna e com resolutividade das ações prestadas; g) Prevenção e controle dos determinantes que interferem na saúde e nutrição como as condições psicossociais, econômicas, culturais e ambientais; h) Boas oportunidades para o desenvolvimento pessoal e social no local em que vive e trabalha. (ABRANDH, 2013, p. 8).

Surgiu no ano de 1993, um movimento de dimensão nacional na questão alimentar no Brasil, na época do *impeachment* do Presidente Collor. Uma incorporação dentre as prioridades da Ação Cidadania Contra a Fome, a Miséria pela Vida, impulsionada pelo Movimento Ética na Política. Seu primeiro mérito foi dar destaque à existência de 32 milhões de miseráveis nos campos e nas cidades, um quadro dramático (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996). Nesse mesmo ano, foi implantado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), no governo de Itamar franco, e no próximo ano 1994, buscando discutir as questões de insegurança alimentar e a fome da população brasileira, foi realizada a I Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional (I CNSAN). (CRUZ, 2017).

> A Ação da Cidadania teve inspiração ética. Assim, a fome, a miséria e a exclusão da cidadania, que pesa sobre milhões de brasileiros, é inaceitável de um ponto de vista ético. “A fome não pode esperar” foi o lema sob o qual mobilizou-se um número expressivo de brasileiros, assumindo a necessidade de uma ação imediata. Esta foi a grande novidade a partir da Campanha Contra a Fome, como ficou conhecido o movimento inspirado pelo sociólogo Herbert de Souza (o Betinho), e articulado por amplos setores da sociedade civil brasileira. Ele baseava-se na compreensão de que cabe à cidadania instituir a lógica da solidariedade e, também, apontar o rumo ao Estado e ao mercado. (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996, p. 69).

A resposta foi surpreendente em sua capacidade de inovação. Foi uma mobilização que deu iniciativa a comitês locais da cidadania e a parceria entre eles, com governos, empresas, etc. Segundo levantamento de um dos principais institutos de pesquisas do país, mais de 90% dos brasileiros acima de 16 anos aprovaram a campanha e 30% tiveram alguma participação nela (*ibidem*, 1996). No governo Fernando Henrique Cardoso, mesmo com as conquistas obtidas, o CONSEA é extinto e substituído pelo Conselho da Comunidade Solidária, em que o foco não permaneceu na questão alimentar e foram criadas estratégias de desenvolvimento social, ficaram apenas na teoria (MANIGLIA; NETO, 2020).

Em 1998 foi criado o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), em que busca sensibilizar para uma visão mais ampla da questão alimentar, trabalhando com consumo, produção e distribuição, dimensões do sistema agroalimentar, onde conta com a presença de movimentos sociais, organizações da sociedade civil, além de instituições de pesquisa na luta pelo Direito Humano à Alimentação (FREITAS; PORTELA; VASCONCELOS, 2018).

Segundo a ABRANDH, (2013, p. 108), "O Fórum exerceu um papel fundamental na articulação do movimento de SAN, que manteve o tema na agenda política e influenciou o governo atual a reinstituir o CONSEA". O CONSEA só retorna ao cenário nacional em 2003, 09 anos após, no governo Lula (CRUZ, 2017, n. p). Ao longo do ano de 2001, o Instituto Cidadania, uma Organização Não-Governamental (ONG), num esforço de mobilização nacional, funda o "Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil", como parte do plano de governo da candidatura de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República (AMARAL; BASSO, 2016, p. 189). Em 2002 Lula é eleito à Presidência da República.

> Com o histórico favorável de seu partido no combate à fome e à pobreza, com a crescente sensibilização social com relação ao problema e com o respaldo político da eleição recente, o governo de Lula desencadeia logo de início importantes iniciativas na área, dentre elas, a criação do Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e combate à fome (MESA), a recriação do CONSEA e o início de diferentes ações do PFZ. (AMARAL; BASSO, 2016, p. 191).

O CONSEA nacional já em sua nova configuração realiza em 2004, em Olinda (PE), a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (II CNSAN), com o tema "A Construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional" (AMARAL; BASSO, 2016, p. 192). À vista disso, em 2006 foi sancionada a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, que além de outras determinações instituiu o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN (Cruz, 2017, n. p). A Lei institucionaliza legalmente o CONSEA, tornando-o permanente, grande avanço institucional e organizacional importante para o setor (AMARAL; BASSO, 2016, p. 192).

> Além da LOSAN é importante destacarmos os decretos que regulamentam o CONSEA e a CAISAN (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional) – decretos nº 6272/2007 e nº 6273/2007, respectivamente – e o decreto 7272/2010 que institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e estabelece os parâmetros para elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e nutricional (PLANSAN). O objetivo central da PNSAN é promover a segurança alimentar e nutricional, bem como também garantir o direito humano à alimentação adequada em território Nacional. (CRUZ, 2017, n. p).

Essa compreensão brasileira sobre SAN não só estabelece um conceito na forma de lei, mas se torna um enorme avanço institucional, pois o aproxima das abordagens do Direito

Humano à Alimentação Adequada (DHAA) proclamado internacionalmente (AMARAL; BASSO, 2016, p. 193). ABRANDH, (2013, p. 15) "O conceito de DHAA tem origem no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC). O Relator Especial da ONU para o direito à alimentação em 2002 definiu":

> O Direito Humano à Alimentação Adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, e quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garantam uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva. (Relator da ONU, 2002).

Conforme os tratados internacionais de direitos humanos, existem duas dimensões indivisíveis do DHAA: O direito de estar livre da fome e da má nutrição e o direito à alimentação adequada (ABRANDH, 2010, p. 16). Segundo o Comentário Geral 12 sobre o artigo 11 do PIDESC: "O direito à alimentação adequada se realiza quando todo homem, mulher e criança, sozinho ou em comunidade com outros, têm acesso físico e econômico, interruptamente, a uma alimentação adequada ou aos meios necessários para sua obtenção".

Os direitos humanos:

> São universais porque se aplicam a todos os seres humanos, independente do sexo e da orientação sexual, idade, origem étnica, cor da pele, religião, opção política ideologia ou qualquer outra característica pessoal ou social;
> São indivisíveis porque os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais são todos igualmente necessários para uma vida digna. Além disso, a satisfação de um não poder ser usada como justificativa para a não realização dos outros;
> São interdependentes e inter-relacionados porque a realização de um requer a garantia do exercício dos demais;
> São inalienáveis, ou seja, são direitos intransferíveis, inegociáveis e indisponíveis, o que significa que não podem ser tirados por outros, não podem ser cedidos voluntariamente por ninguém nem podem ter a sua realização sujeita a condições. (ABRANDH, 2013, p. 25).

Em julho de 2007, em Fortaleza (CE), o CONSEA e o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) realizaram a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (III CNSAN), Com o lema "Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional".

Segundo ABRANDH (2010, p. 162):

> A soberania alimentar implica, entre outras coisas, o direito de produzir, transformar, consumir, importar e exportar alimentos sem reproduzir modelos que gerem injustiça social, de forma sustentável, conservando e resgatando a diversidade produtiva e cultural de um povo. Quando associamos o conceito de soberania alimentar ao conceito de segurança alimentar afirmamos que para se garantir o acesso a alimentos adequados e saudáveis temos que garantir a autonomia de um povo e a defesa de modelos de produção, comércio e consumo de alimentos que sejam justos e compatíveis com os direitos fundamentais dos povos de uma nação.

Em fevereiro de 2010, a alimentação alcançou *status* de direito social no Brasil, através da aprovação da Emenda Constitucional nº 64/ 2010, que introduziu, no art. 6º da

Constituição Federal, a alimentação como um direito fundamental (AMARAL; BASSO, 2016, p. 193). Acrescentamos que o PLANSAN foi elaborado somente em 2011 (CRUZ, 2017, n. p). Em novembro de 2011, em Salvador (BA), realizou-se a IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (IV CNSAN), com o lema: "Alimentação Adequada e Saudável: Direito de Todos" (AMARAL; BASSO, 2016, p. 194).

> No ano de 2014, de acordo com a organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, o Brasil deixou o Mapa da Fome, com a ajuda de políticas de segurança alimentar, principalmente o CONSEA, que operava para assegurar uma alimentação livre de agrotóxicos e de qualidade para toda a população brasileira. (MACHADO; FRANÇA; RANGEL, 2021, n. p).

Entre os dias 03 a 06 de novembro de 2015, em Brasília (DF), realizou-se a V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (V CNSAN), com o lema "Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar" (AMARAL; BASSO, 2016, p. 195). É preciso destacar, porém que o fantasma da fome voltou a nos assombrar e não somente no Brasil.

Em 2006, segundo dados da FAO, pela primeira vez na última década, houve um aumento da fome mundial, isso aconteceu devido aos conflitos armados, mudanças climáticas, além da redução de políticas de proteção social originária da recessão econômica, de acordo com o brasileiro José Graziano da Silva – responsável pela implantação do PFZ, em 2003. É um retorno assombroso da fome, sintoma forte da inutilidade da tentativa de vencer a crise estrutural do sistema capitalista através do arranjo neoliberal (FREITAS; PORTELA; VASCONCELOS, 2018).

> [...] A capacidade de produção da humanidade desenvolveu-se de maneira extraordinária [...]. Há superabundância, mas o escândalo da fome não desapareceu. Ao contrário, se agrava tragicamente. O que atualmente mata é a carência de origem social, isto é, a distribuição injusta dos bens disponíveis. Milhões de seres humanos morrem de fome cada ano porque não têm os meios econômicos – e outros – de aceder a uma alimentação suficiente. (ZIEGLER, 2002, p. 23).

Há dois tipos de fome defendidas por Ziegler, que nos faz compreender melhor a ausência de uma alimentação adequada: a fome estrutural e a fome conjuntural. A primeira está relacionada às estruturas da sociedade, à falta permanente de alimentos, à extrema pobreza que lentamente arruína a mente, o corpo e por fim, a vida é ceifada por conta do grande número de doenças que as assola. A segunda é provocada por fatores naturais, uma guerra, ataque de gafanhotos, onde a economia é destruída, a sociedade desintegrada e as instituições fragilizadas (ZIEGLER, 2002; 2013).

Valente (2003) reitera, comprovando que a alimentação humana só se realiza plenamente quando os alimentos são convertidos em gente, cidadãos e cidadãs saudáveis, é

uma conexão dinâmica que se dá entre o corpo (natureza humana) e o alimento (natureza). A natureza, segundo Castro (1968) não é mesquinha, o que tem sido mesquinha é a nossa desumana civilização, que explora riquezas por processos de economia avassaladora e repassa a preços insignificantes, matérias-primas suficientes para alimentar bem todo o efetivo humano por longos anos.

Atrelada a essa ideia, Rosa e Souza (2014) afirmam que faltam estratégias de desenvolvimento que consigam direcionar os fatores de produção no interesse de toda a coletividade, com a finalidade de eliminar a fome no mundo, pois atualmente os recursos naturais e humanos estão sendo utilizados de forma maléfica, ou seja, não sendo condizente com a expansão econômica, impedindo assim as mudanças sociais. Nesta perspectiva, Castro (2003) sustenta que é possível conseguir alimentos para acalmar a fome de toda a humanidade, mas isso só será viável se os inúmeros recursos naturais ainda inexplorados forem utilizados de forma racional.

2.2 A geopolítica da fome, pobreza e produção de commodities

A fome é, pois, de longe, a principal causa de morte e desamparo em nosso planeta (ZIEGLER, 2013, p. 34). De acordo com um relatório de 2019 publicado pela Organização das Nações Unidas para Fome e Alimentação – FAO, todos os dias mais de 800 milhões de pessoas passam fome e estão vivendo em extrema pobreza, e cerca de 2 bilhões na experiência mundial de insegurança alimentar, moderada ou grave, sendo que muitas dessas não são contabilizadas nas estatísticas oficiais (FAO, 2019).

De acordo com Ziegler (2013), a morte pela fome destrói lentamente o corpo, é angustiante, causa desespero e sofrimentos insuportáveis. Ela é pungente e atinge também o psiquismo, trazendo consigo o sentimento de desamparo, descaso e enfraquecimento físico. Atualmente a FAO (2022) estima que a fome afetou 828 milhões de pessoas no ano de 2021, tendo um grande aumento em relação ao ano de 2020 quando esse número estava entre 720 a 811 milhões. Nessa perspectiva, Castro (1961) questiona: Será a fome um flagelo, uma calamidade social criada pelo homem? Ou será um fenômeno natural pertencente à vida?

> O primeiro dos nossos objetivos é demonstrar que a fome, apesar de constituir um fenômeno universal, não traduz uma imposição da natureza. Estudando a fome em diferentes regiões da Terra, poremos em evidência o fato de que, via de regra, não são as condições naturais que conduzem os grupos humanos à situação de fome, e sim certos fatores culturais, produto de erros e defeitos graves das organizações sociais em jogo. A fome determinada pela inclemência da natureza constitui um acidente excepcional, enquanto que a fome como praga feita pelo homem constitui uma condição habitual nas mais diferentes regiões da Terra: toda terra ocupada pelo homem tem sido por ele transformada em terra da fome. (CASTRO 1961, p. 79).

A fome é um problema que afeta direta ou indiretamente muitos membros de uma sociedade, ela desencadeia de tempos em tempos crises humanitárias, apresentando casos que envolvem cidadãos em estado crítico de vulnerabilidade, à beira da morte, que não dispõem de alimentos suficientes para consumo. Ludka (2016) reforça que a persistência desse fenômeno não é um problema atual, mas um processo histórico de concentração de renda, e não está relacionado com a baixa produção ou escassez de alimentos e sim à falta de renda, de recursos suficientes, baixo poder aquisitivo que impedem a população de adquirir e se alimentar de forma apropriada cotidianamente.

Mediante o exposto, Ziegler (2002) informa que a nossa terra poderia alimentar pelo menos o dobro da população mundial da época. Era um momento em que o estado atual das forças de produção agrícola conseguiria alimentar em ordem mais de doze bilhões de seres humanos, ou seja, fornecer a cada pessoa uma refeição equivalente a 2.400 ou 2.700 calorias diárias, sendo que, o flagelo da fome não é uma fatalidade, mas uma injustiça. “É, pois a fome, indiscutivelmente, a mais fecunda matriz de calamidade e dela, no entanto, a nossa civilização sempre procurou desviar a vista, com medo de enfrentar sua triste realidade” (CASTRO, 1961, p. 47).

Para Castro, a fome e suas consequências são criações humanas, fruto da ganância e acúmulo de riqueza dos homens. Ele faz citações das ideias de Malthus e diz que o mesmo estava equivocado quando defende que a população crescia em proporção maior que a quantidade de alimentos no mundo.

> A afirmativa do economista inglês, Thomas Robert Malthus, feita em fins do século XVIII de que a humanidade não se poderia libertar nunca da miséria e estava irremediavelmente condenada a perecer de fome, porque a natureza é incapaz de fornecer os recursos de subsistência necessários ao crescimento natural das populações, não passa de uma frase de efeito, incapaz de resistir a uma análise crítica de mediana profundidade. (*ibidem*, 1968, p. 26).

Marx também cita a ideia de superpopulação supondo que existe excessiva abundância de pessoas, trazendo de volta a discussão entre necessidades e recursos, e que essas pessoas devem ser subtraídas ou responsabilizadas, social e economicamente, por sua inutilidade (SANTOS, 1978). Nesse sentido, Oliveira (2013) destaca que, em tese, a evolução dos sistemas técnicos de produção e de distribuição de alimentos já deveriam ter acabado com a fome, o que leva a compreender que a fome já tem uma solução técnica, porém ainda não encontrou uma solução política e social.

Souza (1995) apresenta o alimento como valor de troca para poucos, por outro lado é a condição para a existência humana, ele é tido nos mercados mundiais como abundância ou

escassez, tendo como objetivo o processo de acumulação capitalista. Assim, entende-se que a fome precisa ser discutida como um problema político, um fenômeno social.

> [...] a fome se apresenta como o problema de mais agressiva gravidade para os dirigentes do mundo de hoje. Com uma tão explosiva carga de perigos e ameaças para a civilização quanto os problemas das armas nucleares de destruição maciça. [...] E isto porque a fome é ao mesmo tempo causa e efeito da pobreza e da miséria. (CASTRO, 1968, p. 13).

Podemos então nos perguntar: Afinal, o que seria pobreza? O termo "pobreza" não significa apenas um estado de privação material, como também um modo de vida, ela existe em toda parte, sua definição é relativa e deve ir além da estatística, além do que um indivíduo não é mais pobre ou menos pobre porque consome menos ou mais, a pobreza vai além, não é só uma categoria econômica, mas acima de tudo, uma categoria política (SANTOS, 1978). Demo (2006, p. 2), reforça que "a pobreza não é somente destituída de bens materiais, é principalmente espoliada de sua cidadania, cabendo-lhe como missão histórica sustentar as falcatruas da elite".

Esta não é uma manifestação de simples compreensão, ela engloba grande quantidade de elementos, podendo ser considerada sob os mais diferentes aspectos. "Ser pobre não é apenas ganhar menos do que uma soma arbitrariamente fixada; ser pobre é participar de uma situação estrutural, com uma posição relativa inferior dentro da sociedade como um todo" (SANTOS, 2000).

É inconveniente, causa aflição, angústia e revolta, quando se olha o percurso histórico da pobreza e percebe que a carência do ter, se torna uma consequência mínima perto da insensibilidade, da falta de comiseração, da privação, do planejamento e manipulação daqueles que sustentam privilégios, poder e riqueza. Tal postura impede, dificulta a inserção do indivíduo como um ser emancipado, autônomo e o torna cada vez mais um ser vulnerável socialmente.

É evidente que a pobreza vai muito além do ter é uma demanda presente no pensamento de Santos e também se acentua na discussão de Demo. Em suas palavras abordam que estamos acostumados a olhar a pobreza como carência material, no plano do ter, é considerado pobre quem não tem renda, emprego, habitação, alimentos, e realmente são dimensões cruciais que não podem ser secundarizadas, porém a pobreza avança na esfera do ser e alcança intensidades comprometedoras, pois mais violento do quer não *ter* o mínimo para sobreviver é não *ser* nada na vida (DEMO, 2006).

Ele ainda indica que o combate à pobreza poderia ser organizado em três dimensões hierárquicas e essenciais: assistência social, inserção no mercado e vivência de cidadania. A

primeira está associada a um direito de sobrevivência, imediato. A segunda é uma forma de incentivar, fazer com que o pobre possa se autossustentar, sejam autossuficientes, ter independência para planejar a vida. A terceira é, para o autor, a mais decisiva, pois é ela que dá ao pobre o poder de liberdade, emancipação, é viver e assumir o seu destino com responsabilidade (DEMO, 2006).

No último meio século de acordo com Milton Santos (2000) os países subdesenvolvidos conheceram pelo menos três formas de pobreza. A primeira seria a *"pobreza incluída"*, aquela que se preserva, remanescente, que sempre acontece em determinada época, com soluções privadas, esta surge numa fase em que o consumo não era considerado um nexo obrigatório, fenômeno não tão nítido, portanto, mais confinado. A segunda é a *"pobreza da marginalidade"* esta surge como a doença da civilização, numa época em que o consumo e a acumulação de bens ganham novas formas e conteúdos intimamente ligados ao processo econômico, se manifesta não só como uma pobreza absoluta, mas também relativa caracterizada pelo nível de desenvolvimento, competência de comercialização, privação ou acesso dos indivíduos que estão à margem do sistema, devendo ser corrigida pelo governo.

A terceira é a *"pobreza estrutural"* considerada como aquela que preserva o sistema, o que Milton Santos chama de "processo de divisão do trabalho administrado", não mais uma pobreza confinada, nem local, e sim global, mais intensa nos países pobres. Esta surge como um resultado necessário do processo, ou seja, uma espécie de neutralização da pobreza, fenômeno planejado. Assim, os pobres já não são mais incluídos e nem marginais, eles são excluídos. É uma pobreza caracterizada pela expansão do desemprego e pela redução do valor do trabalho, fabricada politicamente por empresas e instituições globais e que são as mesmas que de forma embuçada pagam/ financiam programas para criar soluções para tal problema quando na verdade são eles os grandes fundadores. (SANTOS, 2000).

É nessa perspectiva que surge a perversidade, a alienação, que segundo Santos (2000) seja qual for o ângulo que se examine as situações atuais, a realidade pode ser vista como uma fábrica de perversidade, uma competitividade absoluta em que o outro (seja empresa, instituição ou indivíduo) aparece como um obstáculo e precisa ser removido, por isso sendo considerado uma coisa. E não só isso, ele é um necessitado, infame, desprezível, insignificante, um ser miserável. Nesse sentido, cabe aqui diferenciar pobreza e miséria e faz-se necessário também, entendê-las. Singer (2015), apresenta a pobreza como a falta de recursos monetários para obtenção de bens e serviços fundamentais a uma vida "normal".

A miséria seria uma pobreza profunda em que suas vítimas não possuem o mínimo de recursos essenciais à mera sobrevivência. Ele ainda destaca que, é provável que, grande parcela dos miseráveis, tenham sido pobres e por motivos mais severos não puderam se reerguer. Os pobres e miseráveis existem porque há um processo dentro das relações da sociedade conhecido como desigualdade social. Essa desigualdade é proveniente da diferença econômica entre classes, decorrente da má distribuição de renda, em que os que estão na base têm condições de vida inferiores, e os que estão no topo, por estarem em menor quantidade, concentrando maior volume de recursos, desfrutam de condições altamente superiores.

Nesta perspectiva, Santos (1979) propõe a teoria dos dois circuitos da economia urbana. São circuitos de consumo, decorrentes de um processo denominado por ele de *modernização tecnológica,* em que o circuito inferior é dependente do circuito superior sendo eles sistemas em permanente interação.

> A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. (SANTOS, 1979, p. 29).

O circuito superior é representado por aquilo que se considera mais moderno, composto por atividades econômicas mais extensas, que atingem maiores proporções e com estreita relação com a economia em escala global, enquanto o circuito inferior, possui influência em proporção local, é constituído por atividades econômicas de pequenas proporções (SANTOS, 1979).

São as atividades econômicas mais extensas que geram a concepção de um país que mesmo com populações pobres, se apresenta como construtor de riqueza, porque tem grandes produções, grandes exportações, consumo em escala. Apesar, de possuir uma massa gigantesca vulnerável, vivendo abaixo da linha da pobreza. É nesta medida que o circuito superior, a exemplo do sistema agroalimentar hegemônico movimenta diversos setores de produção conectados entre si, cujo objetivo não é a soberania nem a segurança alimentar. Trata-se de uma dinâmica que busca alta produtividade de alimentos de baixa qualidade e de alta durabilidade gerando concentração de renda e desequilíbrio ambiental. (AZEVEDO, 2022).

Para esta autora, o uso intenso do solo submete florestas e ecossistemas à destruição, excluem os pequenos produtores e acabam com a possibilidade de uma divisão fundiária mais

equitativa. O trato dos solos, neste modo de uso intenso e por isto solos fragilizados, usam maquinaria e fertilizantes químicos que tornarão mais amplo o problema pois vai atrair insetos, larvas, fungos, para citar alguns. E isto demandará agrotóxicos como pesticidas e outros “cida” (originado do latim, significa “morte”). E para realizar grandes colheitas de monoculturas (de grãos, capim ou agropecuária), alteram a biodiversidade e envenenam além do plantio, a águas, o solo e o ar. E usam maquinário que dispensa muitos trabalhadores. Este sistema continua mesmo quando estaciona caminhões no pátio da indústria alimentar e segue, abraçada com a indústria química rumo à transformação da monocultura em alimentos estéreis e, portanto, bem maquiados rumo às prateleiras dos mercados atacadistas, como a rede Assai e Atacadão este último, já presente em Barreiras desde os últimos 10 anos.

É justamente no desdobramento desta cadeia que, por fim, o sistema superior transporta do “lugar” volumosa quantidade de riquezas na direção do país sede destas grandes empresas. Este mecanismo de empobrecimento se apresenta no cotidiano da cidade inversamente proporcional ao que realmente efetiva, pois são costumeiramente relacionados à eficiência e ao progresso.

Toda cadeia acima inicia-se na de produção de grande porte das *commodities.* Compreende-se por *commodity* um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial e econômica, que são comercializadas globalmente (SANDRONI, 1999). O Brasil tem se destacado como um dos principais produtores de bens agrícolas do mundo. Estes produtos desempenham um papel significativo na constituição do produto interno brasileiro, tendo uma importante participação no valor bruto produzido pelo setor agrícola (PINTO *et al*, 2008). As commodities possuem qualidade e características uniformes, ou seja, não se diferenciam de local para local, nem de produtor para produtor, seus preços são determinados pelas leis da oferta e da demanda no mercado internacional. A soja, o gado e o café brasileiros, por exemplo, possuem um papel considerável no mercado mundial.

O Brasil está em segundo lugar quando se trata de exportação, (atrás apenas dos Estados Unidos), o país produz hoje, comida suficiente para estimados 1,6 bilhão de pessoas, ou seja, um excedente de 1,4 bilhão, já que somos 200 milhões, destacam, em coro, representantes da Embrapa e da Federação de Agricultura do Estado (Farsul) (COPETTI, 2020). Esses dados comprovam mais uma vez que a situação de fome no Brasil não está relacionada à falta de alimentos, mas principalmente, à dificuldade de acesso e concentração de renda. Barroso e Passos (2004, apud Cavalcante *et al*., 2019) resumem este pensamento ao dizer que segurança alimentar e socorro alimentar não são sinônimos, pois de nada adianta ter

o alimento e o colocar no mercado, se ele é acessível apenas a quem detém determinado patamar de renda, ou seja, se o alimento não chega ao sujeito, aumenta-se o número de famintos.

2.3 A produção de riquezas na cidade de Barreiras- BA e a desigualdade social

Uma das formas de identificação da sociedade e do território brasileiro atuais é o estudo da reestruturação produtiva da agropecuária, que se exerce nas últimas décadas. Desde então, organiza-se e difunde-se um novo padrão econômico de produção agropecuária, denominado agronegócio (ELIAS; PEQUENO, 2007), sistema formado pelo conjunto de cadeias produtivas desde a produção e distribuição de insumos até a comercialização de alimentos (CAMPOS; SIMONSEN; AIDAR, 2017).

É através desse novo padrão econômico de produção agropecuária que o grande proprietário é inserido, fazendo com que o capital seja reproduzido por meio de incentivos do Estado, enquanto que o pequeno produtor torna-se marginalizado, vivendo do processo produtivo tradicional. É nesse contexto que os modos de vida são moldados, repercutindo em novos costumes, valores e hábitos gerados pelo capitalismo. É a partir dessa compreensão que podemos analisar o desenvolvimento econômico na Região Oeste da Bahia, tendo como abordagem principal o município de Barreiras.

O oeste baiano insere-se, em sua maior parte, no cerrado e, segundo o Ministério do Meio Ambiente, é o bioma que mais tem sofrido consequências do avanço da modernização da agricultura (SALES; SALES, 2012). Considerada uma região funcional ao agronegócio por conter, principalmente a partir da década de 1980, condições favoráveis à expansão dessa atividade com investimento denso de capital público e privado na tecnificação do território com a concentração no oeste baiano, de fixos e fluxos das redes agroindustriais de *commodities* agrícolas do Nordeste (SANTOS, 2016). A região Oeste do Estado da Bahia vive uma fase de grandes mutações sócio territoriais vinculadas à modernização da agricultura com o agronegócio, desde a década de 1980, com cada vez mais importância e participação da ciência, da técnica e da tecnologia no processo de produção/ organização desse território (MONDARDO, 2010).

> A microrregião de Barreiras é considerada a mais dinâmica do oeste baiano, fazendo parte dela os munícipios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, São Desidério, Baianópolis e Catolândia. Essa microrregião foi a que mais sofreu as maiores transformações desde meados da década de 70, tanto de ordem econômica, quanto de ordem social, cultural e ambiental. (SALES; SALES, 2012).

Segundo Pina e Mondardo (2013) a expansão do agronegócio concentra-se principalmente nas cidades de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério e Formosa do Rio Preto e para uma pequena população, geralmente imigrantes sulistas e destacam ainda que essa expansão não apresenta muita contribuição para o desenvolvimento social da região, sendo questionável o uso do termo crescimento e desenvolvimento.

Percebe-se que esses espaços urbanos têm passado por importantes dinâmicas nas últimas duas décadas, envolvendo a concentração de novos papéis urbanos que surgem devido à instalação de grandes empresas ligadas ao agronegócio e ampliação de serviços especializados no setor da saúde e educação com a criação de hospitais, clínicas e universidades; alargamento dos tecidos urbanos sem o acompanhamento das infraestruturas urbanas necessárias para o atendimento das demandas das populações periféricas, novos estabelecimentos de equipamentos agrícolas e a formação de condomínios privados (SANTOS; NETO, 2021).

Na década de 1970 a agricultura moderna promovida por incentivos do Estado em suas três esferas, federal, estadual e municipal provocou profundas mudanças na dinâmica espacial, e consequentemente na cidade de Barreiras, que na época era conhecida como o principal centro urbano da região e acabou sendo o município mais atingido por essas mudanças, tanto no espaço urbano, quanto no rural (SANTOS; NETO, 2021).

Santos Filho (1989) cita que houve uma virada dos anos 1960 e início da década de 1970, período em que a região passou por mudanças significativas, entre elas está a construção de Brasília (1960), a instalação da hidrelétrica de Correntina (1966) e a instalação do 4º Batalhão de Engenharia e Construção (4º BEC) para a construção das BRs 242 e 135 (1969), impulsionando transformações espaciais já que assim abriu perspectivas de aproximação do Oeste da Bahia com o polo urbano que se instalou no novo Distrito Federal, acelerando a valorização de terras nos cerrados, já que a nova rede viária aproximou esta área dos grandes centros de produção e consumo do país.

Bezerra (2008) cita Barreiras como sendo um dos exemplos mais expressivos da consolidação da fronteira agrícola a ganhar corpo nos cerrados nordestinos:

> Entre as microrregiões analisadas, a principal ênfase da concentração da área plantada foi à microrregião de Barreiras. Esta é a grande responsável pelo incremento crescente da área plantada com soja no cerrado nordestino. Se considerarmos sua importância perante a Região Nordeste perceberemos que a microrregião, de acordo com o recorte temporal adotado, sempre participou com mais da metade da área plantada com soja. Todavia sua concentração vem diminuindo paulatinamente com à expansão do produto para outras regiões, como a de Gerais de Balsas e a de Alto Parnaíba Piauiense. (Bezerra, 2008, p. 167).

Oliveira (2015) também ressalta que a difusão do agronegócio tem-se traduzido não apenas na restruturação produtiva da agropecuária, mas também no reforço de problemas históricos regionais, como a concentração de renda e fundiária, desarticulação dos pequenos produtores e a expansão da monocultura e ainda na criação de novos problemas, a exemplo da privatização da água, degradação ambiental, exploração da mão de obra do campo e a intensa urbanização.

Observa-se que a produção de riqueza, fartura, juntamente com o crescimento econômico, atrai também seu oposto contraditório, a instabilidade, precariedade, exclusão social e pobreza.

> As cidades do agronegócio passam a ser um mosaico de interações, devido ao estabelecimento de uma nova divisão social, técnica e territorial do trabalho. Nas cidades do agronegócio convivem dois tipos de migrantes: os que possuem condições de consumo e cuja infraestrutura urbana é feita para seu usufruto; e os excluídos do consumo moderno, migrantes expulsos do campo pela modernização agrícola ou provenientes das áreas mais pobres do território brasileiro, que alojam nas áreas periféricas e aumentam o número de desempregados, subempregados e trabalhadores informais. (FREDERICO, 2011, p. 19).

No caso do Oeste da Bahia, o rápido avanço do agronegócio culminou no êxodo rural. As cidades apresentam um elevado crescimento urbano em razão dos intensos fluxos migratórios que decorrem da atração gerada pela agricultura moderna, porém a população rural vem experimentando decréscimo a cada década, reforçando o desemprego estrutural que o agronegócio impõe tendo como consequência a saída da população do campo em direção à cidade. Assim, os cerrados baianos se configuram como áreas ricas, do ponto de vista econômico, porém socialmente excludentes, de forma que apenas uma parcela da população desfruta das melhores oportunidades (fazendeiros, empresários detentores dos meios de produção, comerciantes e a elite local formada por políticos).

Dessa forma, a maioria das pessoas encontra-se desassistida devido à concentração de renda, da terra e a exploração da mão de obra, esses fatores demonstram a reprodução de relações de poder assimétricas que tendem a ampliar as disparidades sociais nos cerrados baianos (SANTOS; NETO, 2021).

3 MATERIAL E MÉTODOS

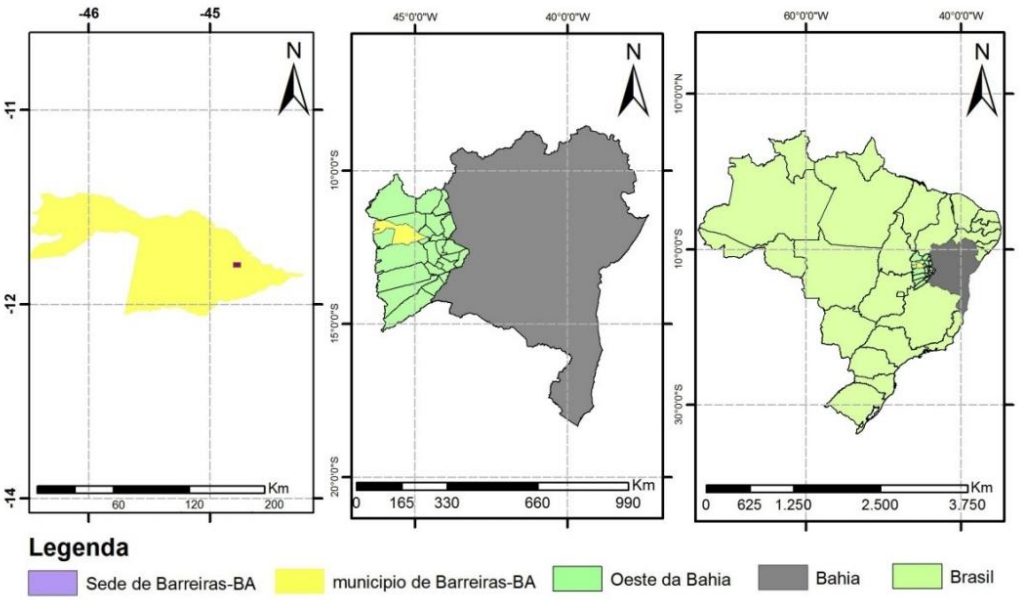
3.1 Área de estudo

3.1.1 Localização

Esta pesquisa foi realizada no município de Barreiras/BA em seu perímetro urbano, que fica situado na Mesorregião do Extremo Oeste da Bahia a 874 km da capital Salvador/ BA, e a 609 km da capital nacional Brasília (Figura 1). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) a população estimada foi de 156.975 habitantes, e uma densidade demográfica de 17,49 habitantes por km^2 com taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade, a cidade possui 92 escolas vinculadas ao ensino fundamental, com 23.070 estudantes matriculados na rede regular de ensino.

A área territorial do município é de 8.051, 274 km^2 situada a 454 metros de altitude com coordenadas de latitude: 12º 8’ 00’’ Sul, longitude: 44º 59’ 00” oeste. O clima de Barreiras é tropical com duas estações bem definidas (uma seca e outra chuvosa) com vegetação típica do Cerrado e Caatinga. Na economia, a remuneração média do trabalhador barreirense é de 2,2 salários mínimos por pessoa. O PIB do município é de 5.178.166,44 com PIB per capita de R$ 33.313,17. Barreiras, faz limite territorial com os munícipios de Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Angical, Catolândia e São Desidério.

Figura 1 - Mapa da localização de Barreiras- BA.



Fonte: Silva; Teixeira (2015)

3.2 Caracterização da pesquisa

Realizou- se uma revisão de literatura para melhor compreensão do tema e para embasar a construção dos questionamentos do objeto de investigação. O referencial teórico foi construído através da leitura de livros e artigos científicos, tendo como principais referências Josué de Castro (1960, 1961, 1968), Jean Ziegler (2002, 2013), Valmir Cézar Pozzetti (2019), Milton Santos (1979, 2000) e Pedro Demo (2006).

A pesquisa é de caráter exploratório que segundo Gil (2008) tem por finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias no sentido de realizar estudos posteriores e formular problemas mais precisos. Ainda segundo Gil (2010, p. 27), "as pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito [...]".

Para a discussão dos dados utilizou-se da abordagem qualitativa que segundo Dalbério (2009), esta ressalta a importância da produção do conhecimento a partir do contato do pesquisador com a realidade do objeto de investigação, com o objetivo de interpretar o fenômeno que se observa, de forma manifestada, revelada e apresentada. Conforme Menezes (2014) essa abordagem permite fazer "novas descobertas" e desfazer "equívocos cometidos".

3.3 Instrumentos e coleta de dados

Para a coleta de dados foram utilizados uma entrevista semiestruturada e 2 (dois) tipos de questionários, fechados com 8 (oito) perguntas de múltipla escolha para os Diretores das escolas públicas municipais (APÊNDICE I), sendo estes somente do ensino fundamental (I e II), e o outro questionário para as técnicas de referência dos CRAS (APÊNDICE II). De acordo com Gil (2008), um questionário é uma técnica de investigação com questões que possuem o propósito de obter informações sobre saberes, crenças, vivências, concepções, preferências, perspectivas, aspirações, temores, comportamento presente, ou passado, entre outros.

A entrevista foi realizada no mês de junho, com a Presidente da Associação dos Catadores da área de deposição de todos os resíduos da cidade, conhecidamente "Lixão" (APÊNDICE III). Já os dois questionários foram enviados de forma *on-line*, também no mês de junho/2022 construídos através do *Google Forms* e compartilhado via link, https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSehSSqTNCktED5egjCahePul8zT9ZC7HTLu9-

5-_5-0um57nA/viewform?usp=sf_link https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfRdgR17kXXY95hoJ1gcqlanW7F-Iid6PdfuWYchRQrgIFiuw/viewform?usp=sf_link através do aplicativo *WhatsApp* para uma rápida obtenção de dados. Todos os Diretores e Técnicas de Referência dos CRAS que tiveram acesso aos formulários registraram suas respostas apenas uma vez, a fim de evitar duplicação de respostas de uma mesma pessoa.

A pesquisa se desenvolveu em três momentos. No primeiro momento, em uma área de disposição final da cidade, com uma distância de 18 km do centro urbano, localizado às margens da BR 242, sentido Salvador- BA, denominado "lixão de Barreiras" (Figura 2). No local, realizou-se uma entrevista semiestruturada com a Presidente da Associação dos Catadores do Lixão. Gil (1999, p. 117) conceitua a entrevista como "uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação".

Figura 2 - Mapa de localização do lixão de Barreiras - BA

Fonte: Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Barreias – Bahia (2014).

No segundo momento, foi enviado questionário *on-line*, via ferramenta *WhatsApp* para 30 (trinta) Diretores que trabalham na Rede Municipal de Educação na gestão do nível fundamental (I e II), destes, apenas 1 (um) foi do sexo masculino e 29 (vinte e nove) do sexo feminino. Os questionários foram respondidos por Diretores que atuam na zona rural (8 respondentes) e zona urbana nos Bairros Morada da Lua (4), Santa Luzia (3), Barreirinhas (2), Vila Brasil (2), Centro (2), Ribeirão (2), Cascalheira (1), Vila Nova (1), Novo Horizonte (2), Vila Rica (1), São Pedro (1) e Boa Sorte (1), respectivamente.

No terceiro momento, foram enviados questionários para as Técnicas de Referência do CRAS. De um total de 12 (doze) Técnicas de Referência, 50% delas responderam ao

questionário, destas 1 (uma) atua na Morada da Lua, 1 na zona rural, 1 no Loteamento Rio Grande, 1 Vila Amorim e 1 Conjunto Habitacional Rio Grande.

Figura 3 - Mapa da localização dos CRAS.

Fonte: Google Maps

3.4 Análise dos dados

Os questionários estruturados e elaborados previamente foram interpretados e organizados com o objetivo de fornecer respostas ao problema investigado. Para análise e tabulação dos dados obtidos, utilizou-se o Programa *Excel for Windows.* A análise estatística foi descrita em percentual de acordo com a frequência das respostas. As respostas das questões fechadas foram apresentadas em forma de gráfico, para melhor exposição de dados.

Os dados do CadÚnico (ANEXO I) do município de Barreiras foram retirados do site do Auxílio Brasil e Cadastro Único. Constando:

- 73.098 pessoas cadastradas no CadÚnico;
- 37.299 (51%) em situação de Extrema Pobreza;
- 11.414 (16%) em situação de Pobreza;
- 16.119 (22%) de baixa renda;
- 8.266 (11%) Acima de ½ Salário Mínimo;

3.5 Método para base lógica de investigação

Segundo Gil (1999) pode-se definir método como um caminho para se chegar ao determinado fim, enquanto o método científico é entendido como o conjunto de procedimentos técnicos e intelectuais adotados para atingir o conhecimento. O método deve ser compreendido como um instrumento intelectual e racional que possibilita a apreensão da realidade objetiva pelo investigador, quando este pretende fazer uma leitura dessa realidade e estabelecer verdades científicas para sua interpretação (SPOSITO, 2004).

Para melhor amparar esta discussão, analisando a evolução histórica das sociedades humanas, fundamentada nas condições materiais concretas e contraditórias buscou-se uma abordagem de aproximação com o Materialismo Histórico Dialético para nortear a pesquisa bibliográfica, interpretar e analisar os dados e resultados do problema, pois essa é uma vertente teórica que analisa as condições materiais de vida de forma não linear e a intervenção no ambiente estudado.

Segundo Gil (2008), a concepção de dialética é fundamentada nas teorias do filósofo Hegel, o qual defendeu que a lógica (idealista) e a história da humanidade seguem uma via dialética, nas quais as contradições se extrapolam dando origem a mais contradições que demandam soluções. Tal concepção foi fortemente criticada por Karl Marx e Friedrich Engels, que entenderam a dialética num prisma materialista histórico, admitindo exatamente o oposto: a hegemonia da matéria sobre as ideias.

Hegel descreve o materialismo dialético afirmando que o processo dialético promove o desenvolvimento da ideia absoluta pela continuação de momentos de afirmação (tese), de negação (antítese) e de negação da negação (síntese) (DALBERIO; DALBERIO, 2009). Marx buscou esclarecer as ideias de Hegel do ponto de vista revolucionário, proclamando que o que conta não é a interpretação do mundo, como preconizavam os filósofos do seu tempo, mas a mudança. Dessa forma ele afirma que somente o pensamento cognitivo e contemplativo (idealismo) não valem, e sim o pensamento que acompanha a materialidade da ação que modifica as condições de vida dos homens (práxis revolucionária) (GOMIDE; JACOMELI, 2016).

De acordo com Gomide e Jacomeli (2016), Marx contribui significativamente para a compreensão profunda do desenvolvimento capitalista e suas contradições, quando defende que o materialismo histórico dialético procura construir um pensamento crítico que altera e transforma a realidade. Masson e Flach (2014) abordam que o pensamento central de Karl Marx está relacionado à análise das relações sociais de produção e são estas que estruturam a sociedade capitalista, ou seja, como os homens se ordenam para produzir seu sustento de forma capitalista.

Segundo Dalbério e Dalbério (2009) Marx e Engels defenderam a tese de que a história de um povo do passado refere-se à história de um conflito de classes, desenvolvendo de forma conservadora a luta dialética entre proprietários dos meios de produção e os trabalhadores explorados. Dessa forma, Netto (2006, pag. 142) cita que o "desenvolvimento capitalista é, necessariamente e irredutivelmente, produção exponenciada de riqueza e produção reiterada da pobreza".

Nesse cenário, Ziegler (2013) manifesta a busca de pesquisadores, intelectuais e militantes por referenciais teóricos e metodológicos que nos auxiliem em um momento de grande turbulência política, incertezas relacionadas ao futuro da vida no planeta, intensificação do uso material sem redução significativa da fome e da pobreza e acirramento dos conflitos em torno do uso e apropriação da natureza. Assim, é necessário o questionamento acerca das relações sociais estabelecidas, a forma de organização social hegemonizada e dos caminhos para superação do atual processo de produção destrutiva e mercantilização da vida (MÉSZÁROS, 2004, 2002), que caracterizam a sociedade capitalista. (HARVEY, 2011; WALLERSTEIN, 2001).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Abordagem da fome na cidade de Barreiras: escolas públicas municipais

A *Constituição Federal* de 1988, no seu artigo 208, incisos IV e VII, reconheceu a alimentação dos alunos da rede pública como um direito, garantindo o atendimento universal aos escolares por meio de um programa de alimentação, sem qualquer discriminação. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é o programa social mais antigo do país na área de segurança alimentar (SANTOS *et al*, 2007). Moyses e Collares (1997) explicam: a fome é a necessidade básica de alimento que, quando não satisfeita, diminui a disponibilidade de qualquer ser humano para as atividades cotidianas e também para as atividades intelectuais.

A merenda escolar está instituída nas escolas públicas do Brasil pelo PNAE, programa criado em meados da década de 1950 tendo como função a garantia aos alunos a oferta no minímo de uma refeição diária, durante o período que está na escola com a finalidade de suprir parcialmente, no mínimo de 30 a 70% das necessidades nutricionais dos estudantes (ARQQUE; FERREIRA; FIGUEIREDO, 2021).

A escola pública, especialmente, no nível fundamental, atende aos filhos e filhas da classe trabalhadora. Assim, os 30 diretores respondentes desta pesquisa atuam com o público de crianças e adolescentes (entre 500 e 700 estudantes por escola) dos mais diversos bairros da cidade (73% da zona urbana) e do campo (27% são da zona rural). De acordo com as respostas dos Diretores das escolas, (97%) dos alunos consomem a alimentação escolar. Este quantitativo indica a necessidade alimentar deste público de estudantes.

Na perspectiva de Issa *et al* (2014) a alimentação escolar é definida como todo o alimento oferecido no ambiente escolar, durante o período letivo, por meio da oferta de refeições nutricionais que contribuem para o crescimento do aluno nas áreas social, cognitiva, emocional e principalmente nutricional.

Mas, a alimentação escolar nem sempre foi consumida pela quase totalidade de estudantes das escolas, conforme constata-se aqui. A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PENSE) do ano de 2015, apontou que mais da metade dos estudantes (61,5%) informou consumir raramente ou nunca a comida ofertada pela escola (IBGE, 2016). Há, neste dado, uma estreita relação entre o (pouco) consumo da alimentação escolar e o fato do Brasil ter sido considerado pelas Nações Unidas em 2014, fora da lista dos países que integram o mapa da fome **(**ONU, 2015).

Dessa forma, observa-se o retorno da intensificação da fome, pois conforme os dados abaixo, 97% dos Diretores afirmaram que a grande maioria dos estudantes consomem a alimentação escolar.

Figura 4 - Consumo da alimentação escolar pelos estudantes.

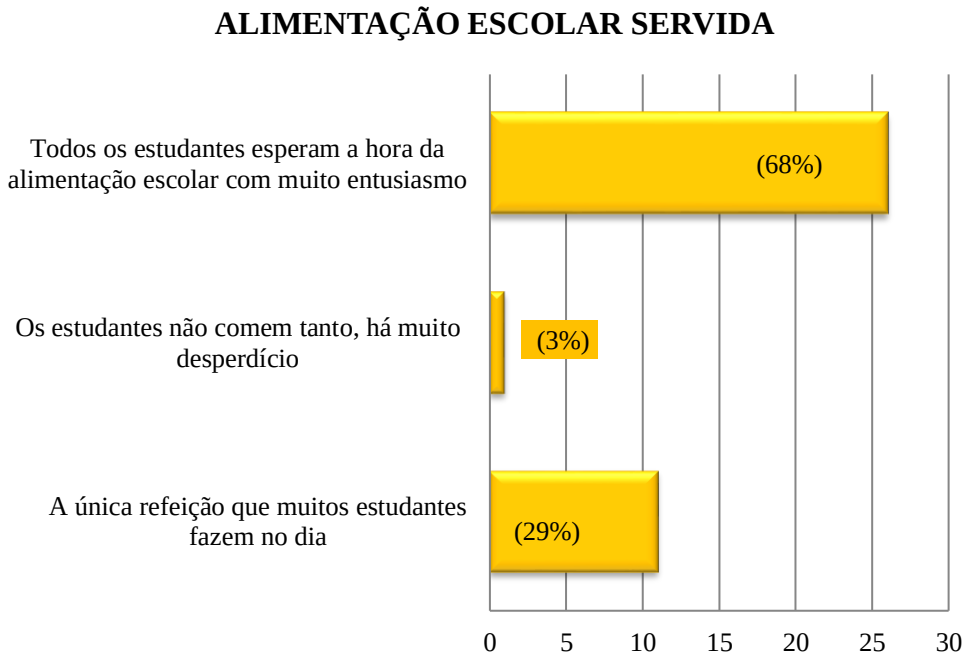
Fonte: Autor (2022)

Almeida (2014) argumenta a importância da alimentação oferecida nas escolas, pois ela interfere de forma positiva no desenvolvimento psicofísico do aluno, auxiliando-os em todos os aspectos: físico motor, intelectual, afetivo emocional, econômico e social. Estes aspectos contribuem para que o indivíduo tenha condições satisfatórias para aprender, pois existe um número considerável de estudantes que necessitam dessa alimentação escolar, para complementar a refeição principal. Para alguns alunos, principalmente os de condições socioeconômicas menos favorecidas, a alimentação escolar é primordial, pois muitas vezes ela é sua principal ou única refeição do dia (MOTA; MASTROENI; MASTROENI, 2013, p. 168).

De acordo com Cesar et al (2020) o fornecimento de uma alimentação saudável pelas escolas promove a melhoria do estado nutricional, das habilidades cognitivas dos estudantes , reduz a fome e a evasão escolar em áreas onde esse problema persiste.

Assim, 68% dos Diretores responderam que todos os estudantes esperam esse momento com muito entusiasmo.

Figura 5 - Alimentação escolar servida.



Fonte: Autor (2022)

Conforme vê-se acima, pelo menos 29% dos respondentes apresentaram que os estudantes não têm condições de realizar uma refeição antes de frequentar o ambiente escolar. A alimentação escolar como, possivelmente, a única refeição que os estudantes fazem no dia, indica, objetivamente, o subdesenvolvimento do Brasil a partir de Barreiras. Pois como afirma Castro (2003), fome e subdesenvolvimento são a mesma coisa.

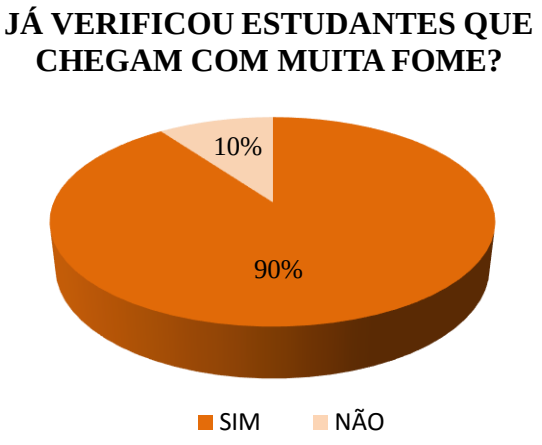
É a escola pública local que atende os estudantes vulneráveis em relação à nutrição e à pobreza. Pois, ainda pequenos, estes meninos e meninas da infância pobre de Barreiras, se fazem herdeiros da pobreza de seus pais. Isto amplia a importância do alimento servido, já que, muitas vezes, esse alimento é a única refeição consumida no dia pelos escolares (Brasil, 2006).

Infere- se, portanto, que a produção de riqueza do agronegócio com 2,955 milhões de toneladas de milho e 7,056 milhões de toneladas de soja produzidos na Bahia na safra de 2021/2022 (AIBA, 2022) parecem exercer pouca ou nenhuma influência sobre o sustento alimentar das famílias em situação de fome. Por outra via, a produção da fome em que vivem encontra no incremento do agronegócio local muitas justificativas que corroboram as causas de um volume a cada ano maior de famintos e empobrecidos

Dialogar com a complexidade da fome (90% dos estudantes chegam à escola com muita fome), é também denunciar os planos dos governos federal, estadual e municipal cujos

planos de “desenvolvimento social” mais se assemelham a uma espécie de cartão de visita destes governos, sem qualquer compromisso com as condições de fome mantidas pela ausente intervenção integral do Estado. A tensão social na qual se vive hoje é na maior parte das vezes, o produto desta conhecida injustiça social, uma vez que os povos dominados tomaram consciência da realidade socioeconômica do mundo. Afinal, a segurança social é mais importante do que a segurança baseada em armas argumenta (CASTRO, 2003).

Figura 6 - Frequência de estudantes que chegam com fome.



Fonte: Autor (2022)

Castro (1968) analisando objetivamente o assunto verificou que o fator alimentar pode intervir sobre o equilíbrio da saúde ocasionando, acelerando e colaborando para o desenvolvimento de doenças, de distintas maneiras. São essas doenças trazidas pela fome que muitas vezes impedirão o estudante de frequentar a escola.

Para Jean Ziegler (2008): “Por trás de cada vítima da fome há um assassino. A atual ordem mundial não é apenas mortífera, mas também absurda. O massacre está instalado numa normalidade imóvel” (ZIEGLER, 2008). É nessa perspectiva que Castro (1960, p. 24) aponta que “a fome não é um fenômeno natural e sim um produto artificial de conjunturas econômicas defeituosas” [...].

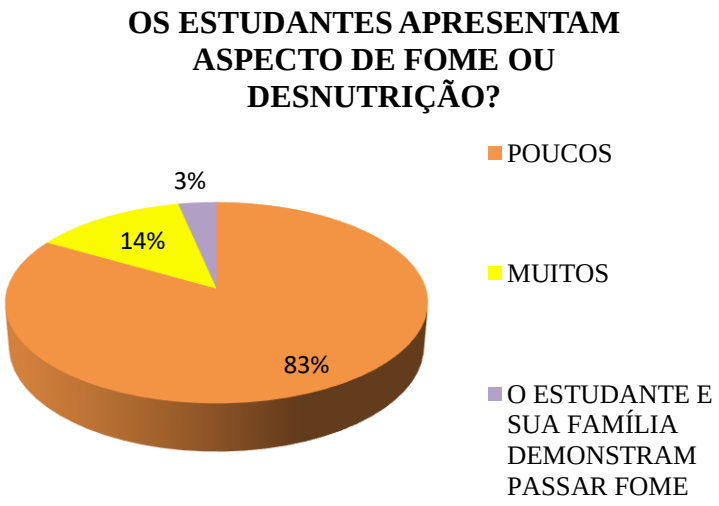
Assim, podemos dizer que a maior causa da fome está relacionada à impossibilidade do acesso, na deficiência em relação à distribuição de alimentos, à pobreza e à exclusão provocadas, que é no mínimo tolerada por grande parcela da população. Dados do Relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) 2022, revelam que

a quantidade de brasileiros que enfrenta algum tipo de insegurança alimentar ultrapassou a marca de 60 milhões.

É nessa lógica de normalidade que se perpetua a desigualdade, pois a pobreza é consequência da injustiça social e juntas operam, para o que Demo (1983) chama de dominação, fenômeno dialético, porque estabelece uma "identidade de contrários". Isso quer dizer que os dois lados se repelem, porque são desiguais, e se atraem, porque um não existe sem o outro [...]. E Castro (1960) continua [...] é um produto (a fome) de criação humana e, portanto capaz de ser eliminado pela vontade criadora do homem.

Importante contrastar todos os dados acima que, até aqui, confirmam a fome com a resposta dos Diretores, quanto ao aspecto de fome/desnutrição entre os estudantes. Na contramão dos dados anteriores, 83% responderam que são poucos estudantes que apresentam aspecto de fome.

Figura 7 - Aspecto de fome dos estudantes.



Fonte: Autor (2022)

Ziegler (2013) menciona que uma criança pode apresentar um corpo aparentemente bem alimentado, com o peso condizente ao das crianças da sua idade e, apesar disso, estar corroída pela má nutrição [...].

É passível de verificar que a desnutrição ou a fome nem sempre recebem o discernimento correto por causa do efeito de alimentação com precária diversidade de fontes de nutrientes dos alimentos ultraprocessados, com intensa presença de gordura hidrogenada, sódio, açúcares, inúmeros aditivos químicos sintéticos como corantes, sabores artificiais

aromatizantes, emulsificantes e ainda, os resíduos de carne e leite para produzir produtos cárneos e lácteos de baixa qualidade e mais acessíveis (AZEVEDO, 2021).

O acúmulo de seus efeitos no corpo humano pode criar aparência da "criança fortinha" que frequenta a escola. Há um olhar sensível para ler a fome no ritmo da aprendizagem e na cotidiana busca da alimentação escolar de mais de 90% dos estudantes? E ainda, o tormento da fome em que as famílias estão sendo submetidas desde 2015, está tendo uma atenção dos governos voltada a essa condição?

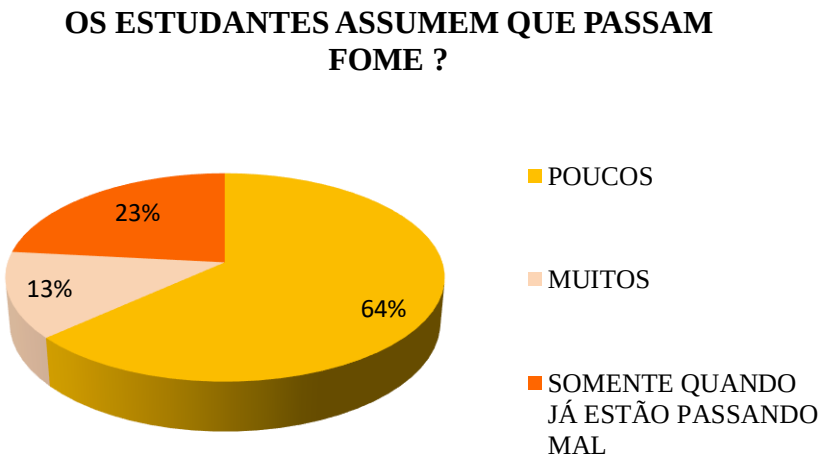
Essas problematizações podem explicar os desencontros de alguns dados: de um lado 90% dos Diretores afirmam que observaram estudantes que chegam com muita fome e 83% dos Diretores admitem que os estudantes não têm aspecto de fome.

Castro (1960, p. 47) diz: "É, pois a fome, indiscutivelmente, a mais fecunda matriz de calamidade e dela, no entanto a nossa civilização sempre procurou desviar a vista, com medo de enfrentar sua triste realidade".

Crianças desnutridas apresentam limitações de aprendizagem, não respondem adequadamente aos estímulos, reduz o interesse no ato de brincar e explorar o novo (FROTA *et al*, 2009). Muitas vezes estão sonolentas, apresentam um aspecto de fraqueza, chegam atrasados e com o semblante de cansaço físico e muitas vezes a fome atinge o raciocínio, tornando-as mais lentas.

Nesse sentido, segundo os gestores das escolas na maioria dos casos os alunos não assumem passar fome (64%). E cerca de (36%) assumem, juntamente na ocasião de já estar nos limites da fome, ou seja, quando já estão passando mal.

Figura 8 - Estudantes que assumem passar fome.



Fonte: Autor (2022)

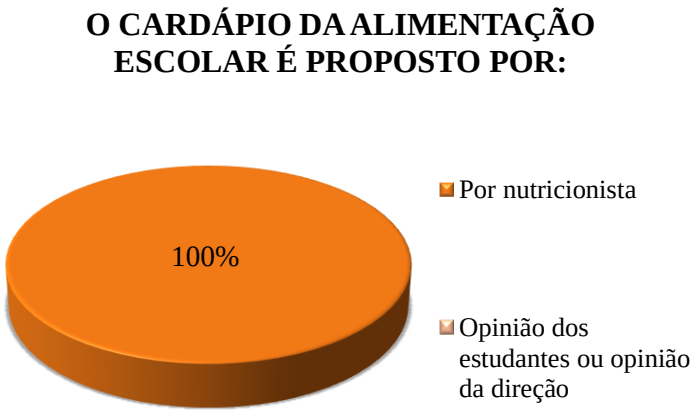
É preciso observar as crianças que se mostram muito quietas e apáticas tanto nos momentos de conteúdos apresentados como também nos momentos das atividades dinâmicas desenvolvidas, esses fatores não podem ser tratados como normais, eles sinalizam algo que, muitas vezes, podem se vincular à carência alimentar e muitas vezes serem confundidos com desinteresse e déficit de aprendizagem, crianças desnutridas também possuem dificuldade de assimilação, especialmente de adquirir linguagem, tendo em vista que a fome compromete o aprendizado, que faz parte do crescimento da criança e está relacionado a múltiplos fatores – biológico, social e afetivo, assim como o estímulo para atividades lúdicas, porém ,como a brincadeira é inerente à criança, muitas vezes, desafia seu limite (FROTA et al, 2009).

Os baixos índices de acesso à educação regular de amplos estratos da população do continente evidenciam um perverso mecanismo de transmissão intrageracional da pobreza (ONU, 2005). Assim, além de tantos fatores a fome como consequência da pobreza também está relacionada às condições climáticas, Bernier (2022) cita a pobreza como a pior das poluições, e ainda que é inconcebível separar desenvolvimento e meio ambiente.

Alpino *et al* (2020) aborda que o clima do planeta está mudando caracterizado por eventos como: ondas de calor, secas, inundações, poluição atmosférica, que afetam a saúde direta ou indiretamente, causando doenças respiratórias, doenças transmissíveis, doenças e agravos à saúde, além de óbitos. O mesmo autor cita que as mudanças climáticas podem causar riscos a SAN de forma que reduz a disponibilidade de alimentos, o acesso, utilização e estabilidade do sistema alimentar, que combinado com a alta demanda, eleva o preço dos alimentos. Tudo isso são fatores que cooperam para a manutenção da fome, dificultando os desafios ambientais que temos a enfrentar diante das mudanças climáticas.

E para que se tenha uma alimentação saudável nas escolas e para compensar a incompletude de calorias e nutriçao é necessário o acompanhamneto de nutricionistas no preparo do cardápio. Diante disso 100% das escolas em que os Diretores participaram da pesquisa afirmaram ser o cardápio da alimentação escolar proposto por nutricionista.

Figura 9 - Cardápio Alimentar Escolar.

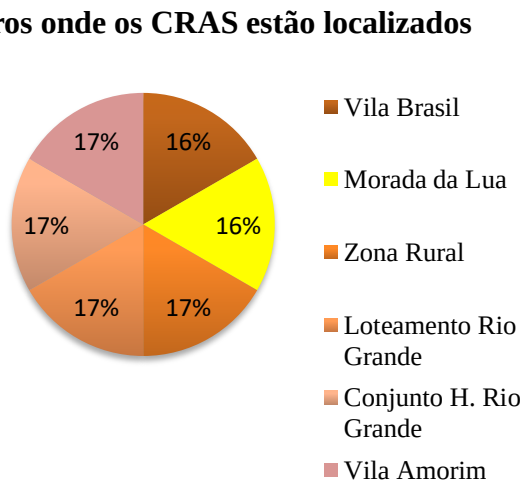


Fonte: Autor (2022)

4.2 Abordagem da fome na cidade de Barreiras: centros de referência de assistência social

Desde o ano de 2004 o Brasil regulamentou a Política Nacional de Assistência Social e em seguida, implantou os Centros de Referência (CRAS) em todo país para ofertar serviços, benefícios, programas e projetos de atenção às populações que necessitam do Estado para garantir a cidadania e dignidade da pessoa humana. Em 2011 a instituição do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) consolidou definitivamente a atuação profissional de equipes de referência compostas por psicóloga e assistente social (PEREIRA; GRARESCHI, 2017).

Figura 10 - Localização do Cras.



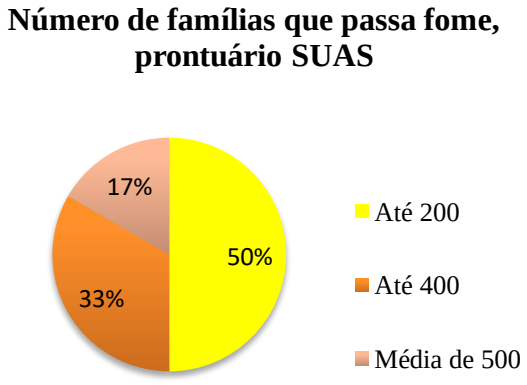
Fonte: Autor (2022)

No município de Barreiras/BA foram implantados quatro (04) CRAS a partir de 2005. A localização de cada um destes centros obedeceu ao diagnóstico social que identificou as áreas de maior vulnerabilidade e risco social com a presença de famílias com direitos violados. Nos últimos 3 anos foram implantados mais dois Centros. De acordo com os dados disponibilizados pelas equipes de referência, a fome atinge uma média de 300 famílias em cada área de cobertura social dos CRAS, totalizando 1.800 famílias com necessidade do Benefício/ SUAS "auxílio alimentação. Tal benefício é regulamentado também por legislação municipal e estadual sendo seu valor composto por contrapartida financeira destas duas esferas de governo.

No âmbito das políticas públicas juntamente à política de Assistência Social, é possível verificar a presença de cesta básica, como forma de atenção à alimentação, compondo o campo dos benefícios eventuais (BOVOLENTA, 2017). Essa iniciativa pode minimizar (em parte) adversidades das famílias, mas é praticamente impossível atender a todas as famílias cadastradas.

Dessa forma, a incapacidade de acolher todas as solicitações desenvolve uma relação cruel e desumana entre os profissionais e os usuários, distante de ser uma relação cidadã, quando se delega ao profissional do CRAS, diante da negligência e omissão do poder público "escolher ou selecionar" os mais miseráveis a serem atendidos dentre tantas necessidades apresentadas (BOVOLENTA, 2017). Nessa perspectiva, se observa que os direitos humanos principalmente de acesso aos alimentos básicos de qualidade, não estão sendo cumpridos, comprometendo o acesso a outras necessidades.

Figura 11 - Número de famílias que passa fome.



Fonte: Autor (2022)

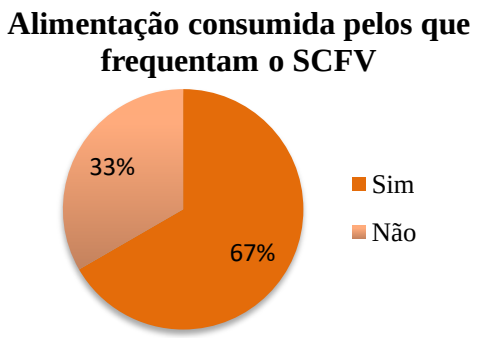
As famílias em condições de risco (de fome, por exemplo) recebem orientações para fazer a inscrição no Cadastro Único, item necessário para o ingresso em programas de transferência de renda.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) integra o conjunto de serviços do SUAS, que oferece à população que vivencia situações de vulnerabilidade social, conteúdo de reflexão acerca da realidade social, direitos e protagonismo. O enfrentamento das situações de vulnerabilidade é realizado por meio do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) que cria ações para o fortalecimento dos vínculos sociais (familiares e comunitários), confirmando a condição da pessoa humana como sujeito de direitos com capacidade de conhecer e fazer uso do sistema de garantia de direitos.

Para tal empoderamento e protagonismo social é exigido um trabalho técnico profissional com instituições de Estado (Assistência Social, Educação, Saúde, Habitação, Trabalho e Geração de Renda, Ministério Público, Defensoria e Conselhos Municipais, universidades, por exemplo) que atuem de forma integrada para vencer os níveis de vulnerabilidade social.

Demo (2003) nos faz refletir o empoderamento. Sendo este uma forma de capacitar às pessoas ou grupos sociais dando-lhes poder para que sejam capazes de agir e transformar suas condições de vida. Objetivando a transformação dos vulneráveis em ativos, aumentando dessa forma, a cidadania.

Figura 12- Alimentação consumida pelos que frequentam o SCFV.

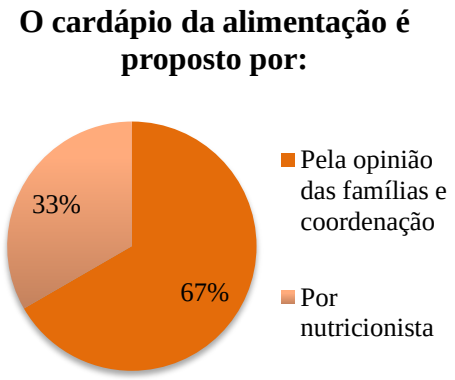


Fonte: Autor (2022)

Essas demandas cotidianas solicitam um trabalho profissional que não se restrinja apenas à concessão de benefícios ou cadastramento, mas que ofereça principalmente serviços

de convivência e socialização, serviços socioeducativos com as famílias, situações de perda de vínculos familiares, negligência, falta de expectativas como também as doenças físicas e mentais (TEIXEIRA, 2010).

Figura 13 - Cardápio da alimentação proposto.



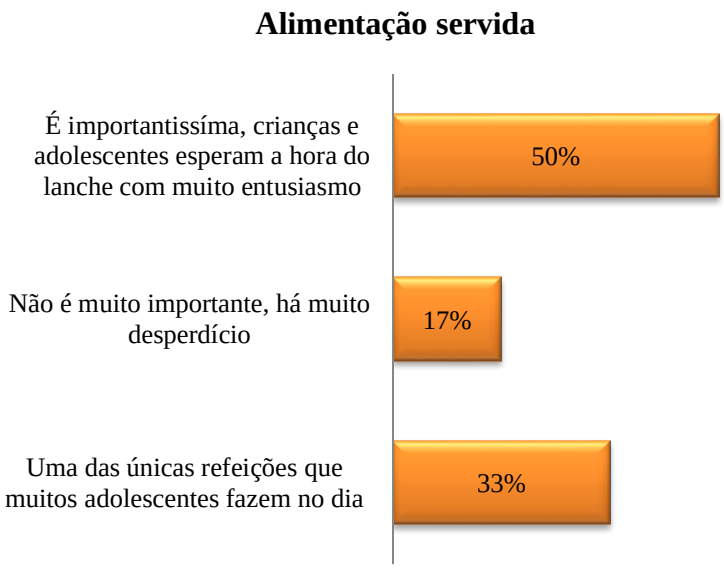
Fonte: Autor (2022)

"Há ainda a utilização da noção de autonomia no sentido individualizante e liberal, de responsabilização das famílias pela solução de seus problemas, ou de potencialização para que possam exercer suas funções" (TEIXEIRA, 2010, p. 294). O trabalho socioeducativo que envolve famílias funciona como espaço de reflexão, troca de experiências, utilizado em muitas situações como recurso terapêutico em que é discutido seus conflitos e a forma com exercem seus papéis (*ibidem*, 2010).

> Esse processo de escuta qualificada, acolhimento, acompanhamento não são terapêuticos, muito menos domínio da psicologia, mas modos de trato do usuário como cidadão, como sujeito de direito, o direito a ter atendimento respeitoso, atencioso, que informa, orienta, acolhe e escuta. (TEIXEIRA, 2010, p. 295).

Oliveira e Heckert (2013) defendem que a noção de vulnerabilidade se origina na desigualdade social e pode estar atuando em prol da naturalização da miséria para uma parte da sociedade sem se questionar a lógica capitalista que a produz.

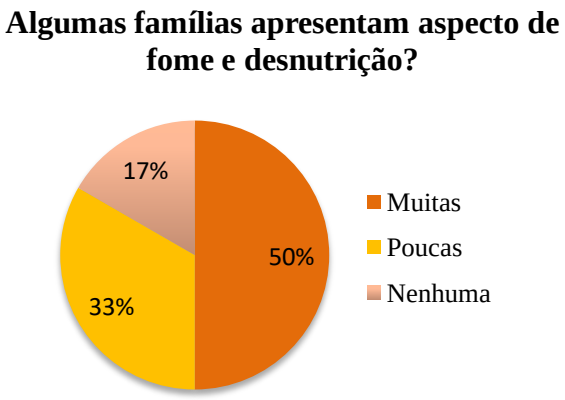
Figura 14 - Alimentação servida.



Fonte: Autor (2022)

Questionados sobre o aspecto de fome e desnutrição 50% das equipes de referência responderam que muitas famílias apresentam alguma aparência de que estão vivendo nesta condição. Isso muitas vezes pode ser refletido em moradias precárias, no vestuário, baixa escolaridade, doenças desenvolvidas ao longo do tempo e não só nó aspecto físico do indivíduo.

Figura 15 - Aspecto de fome e desnutrição nas famílias.



Fonte: Autor (2022)

Para Salama e Destremau (1999), a pobreza tem muitas facetas e dimensões, e pode, ao mesmo tempo, ser sentida e vivenciada de formas diferentes por diferentes grupos. Com

baixa renda, essas famílias não têm muito o que escolher para comprar, então se investe naquilo que é mais barato e que de certa forma mata a vontade de comer, mas infelizmente, não mata a fome, e assim se reflete a desnutrição, indivíduos mais magros, amarelados, e com o desenvolvimento corporal comprometido para a idade. Ou, mais gordos e desnutridos dada à frequência com que consomem alimentos com preços mais acessíveis como salsicha e outros embutidos.

> Alimentar quer dizer fornecer a cada homem, mulher e criança uma ração equivalente a 2.400 ou 2.700 calorias diárias, uma vez que as necessidades alimentares variam segundo os indivíduos, em função do trabalho que realizam e das zonas climáticas onde vivem. (ZIEGLER, 2002, p. 23).

A alimentação é um direito social do brasileiro garantido pela Constituição e que, está sendo violado. A má distribuição de alimentos e a fome são dois problemas que afetam o mundo inteiro, sendo que esse não é o único problema, visto que 26 milhões de toneladas de alimentos são desperdiçadas por ano ou 41 toneladas por dia; a maior parte do desperdício acontece na cozinha, com a não utilização das cascas, raízes e sementes (FAO, 2019).

A fome é problema estrutural, ou seja, da má distribuição de alimentos e não da falta deles em si. São situações difíceis que muitas famílias estão se submetendo a viver para ter suas refeições diárias e tentar amenizar a fome, enquanto o atual sistema perpetua o privilégio do lucro de grandes empresas agrícolas em vez da segurança alimentar.

4.3 Abordagem da fome na cidade de Barreiras: construção do aterro sanitário

Na segunda feira 09 de maio de 2022 a prefeitura de Barreiras anunciou o fim do Lixão, construção de aterro e benefício para catadores. A partir dessa data, os portões de acesso ao local foram fechados e os catadores começaram a receber um benefício mensal de R$ 800,00 da prefeitura enquanto se constrói o aterro sanitário. A maioria das famílias que tirava o seu sustento teve que começar uma nova vida, já que morar no lixão não era mais possível. Ao receberem a notícia, a maioria dos catadores deixou o lugar e foi tentar a vida na cidade.

Figura 16 - Prefeito de Barreiras João Barbosa de Souza Sobrinho.

Terça, 10 de Maio de 2022 - 12:40

Barreiras: Prefeitura anuncia fim de lixão, construção de aterro e benefício para catadores

Foto: Divulgação/ Prefeitura de Barreiras

No mês de junho realizou-se uma entrevista com a dona Lucimária Pereira de Oliveira, Presidente da Associação dos Catadores do Aterro Sanitário Nova Esperança, Associação esta que tem como nome (APÊNDICE III).

O trabalho é um fator de grande importância para a análise da fome. É uma forma de condição humana, é a essência do homem, ato de se apoderar da natureza por meio da sociedade; nas palavras de Iamamoto (2012, p. 40) "o trabalho é a atividade racional orientada para um fim, a produção de valores de uso e a assimilação de matérias naturais para a satisfação de necessidades humanas". Os catadores são personagens de grande importância tanto para a economia quanto para o meio ambiente, é um grupo que está organizado no último limite do circuito inferior da economia urbana.

> O fluxo do circuito superior está composto pelos negócios bancários, comércio, indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. Já o circuito inferior, é constituído essencialmente por formas de fabricação artesanal, de "capital não intensivo", por serviços não modernos, pelo comércio não moderno e de pequena escala, dimensão. (SANTOS, 1979, p. 97).

A indústria de reciclagem é considerada como pertencente ao circuito superior da economia urbana, setor que necessita diretamente do trabalho dos catadores informais. Em relação a essa "parada" nos trabalhos dos catadores e questionada como era a vida antes do fechamento do lixão, dona Lucimária responde: *"Porque o que a gente produzia aí a gente vendia né e recebia bem melhor o valor, ó quem trabalhava direitim tirava assim no valor assim de 2.000, 2.500 por mês, e tinha vez que não era nem por mês, tinha vez que era até por quinzena, vendendo ferro, alumínio, papelão, a latinha e o plástico".*

Verifica-se que mesmo submetida a uma condição inóspita, sem equipamento de proteção individual, o trabalho dos catadores lhes rendia quantias aptas a atender às

necessidades da família. A Presidente da Associação se sentiu violada por interromper o seu trabalho no lixão, forçosamente. Ela expressou indignação por receber um benefício de R$ 800,00.

Processo, aliado à baixa qualificação, dificulta ainda mais a introdução desses indivíduos em outras atividades com maior renda e que sejam menos degradantes. Essas pessoas muitas vezes são marginalizadas, e que segundo Santos (1978) é julgada de forma excedente, ou que, sob o aspecto econômico, são considerados uma população inútil. E essas pessoas não deveriam estar paradas só recebendo o benefício enquanto se constrói o aterro sanitário, afinal o que deveria ser feito era a estruturação da coleta seletiva de resíduos na cidade, organizar e dá todo o suporte com estrutura de carrocinhas, o EPI- dentre outros.

Com relação à atenção do poder público para com os catadores após o fechamento do lixão, dona Lucimária diz:

> *"Pra nós aqui tá devagar né, porque ele (o prefeito) fechou aí, empatou o pessoal trabalhar, pra trabalhar aí e agora a gente tá no sofrimento porque o dinherim que a gente recebe num dá pra se manter, nem pra pagar as conta, né? Porque 800 reais, o que é que a gente faz com a casa cheia de gente, com remédio e tudo, porque inclusive mesmo esse daqui (o filho) tá doente com problema de coluna (que segundo ela está relacionada ao trabalho desenvolvido no lixão), os exames que eu acabei de fazer hoje de manhã, aí não tem como porque vem remédio, vem leite para as crianças e tudo e se ele (o prefeito) pelo menos ajudasse a gente com esses 800,00 reais e uma cesta, ainda ia, mas só 800,00 dá pra quê?".*

Para Iamamoto (2012), nos meios de trabalho se encontram objetivadas as formas de atividades e necessidades humanas. Esses meios são indicadores de condições sociais sob as quais se efetua o trabalho que condiciona a maneira como vivem diversos trabalhadores, especificamente os trabalhadores dos lixões. Essa é uma das faces do capitalismo, exploração da mão de obra e exclusão dos trabalhadores que por não conseguirem se inserir em outra atividade por conta do nível de escolaridade e qualificação profissional, tendem a atuar nas áreas de lixões.

Uma forma de movimentar a economia e trazer benefícios para toda a sociedade, é o trabalho dos catadores, são pessoas que arriscam suas vidas para garantir a sobrevivência, são eles que separam os materiais recicláveis, vendem e os devolvem ao ciclo produtivo e independente da forma de como essa mercadoria vai ser comercializada ou da forma "[...] como serão utilizadas ou desperdiçadas, já terão realizado no ato da sua compra o objetivo principal, que é estimular e acelerar as formas de consumo e tornar-se pedra fundamental para o capital" (GONÇALVES, 2006, p. 28).

> A verdadeira legião de trabalhadores, que no Brasil sobrevive a partir da comercialização dos resíduos recicláveis que interessam à indústria e aos agentes que compõem os circuitos que daí se estruturam, desenvolve suas atividades, na maioria dos casos, a margem do mercado de trabalho informal, sem nenhum tipo de vínculo empregatício com os comerciantes ou as indústrias recicladoras. Na maior parte dos casos encontrados, o desemprego de longa duração e a necessidade de obter meios de sobrevivência levaram estes trabalhadores (homens, mulheres, idosos, crianças) a buscar este tipo de trabalho. (*Ibidem*, 2006, p. 21).

Com relação à saída dos catadores e fechamento do aterro, foi questionado se isso foi bem conversado com eles: *"Moço eles conversou aí com a gente, vieram e explicou aí muita gente não entendeu direito como foi, foi sem pé, sem cabeça e aí fechou aí foi meio que uma ordem".* No que diz respeito à quantidade de pessoas cadastradas na Associação, ela relata: *"No cadastramento tem de 60 a 70, mas fora sem ser os cadastrados vai para base de uns 100, os jovens eles não botaram não, os de 14 até os 16 anos não colocaram não" (Dona Lucimária).*

Questionada se as crianças e os jovens que moram na Associação estudam ela respondeu: *"estudam, aqui tem um ônibus que pega". (Dona Lucimária).*

Os catadores estão numa situação que não podem se vincular aos programas sociais do governo, por conta do auxílio municipal que estão recebendo provisoriamente, já que o programa intitulado atualmente como Auxílio Brasil, não permite que o beneficiário tenha qualquer outo benefício ou renda. Em relação à alimentação que é um direito de todos os cidadãos, previsto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 está sendo violado, o texto diz que a renda deve ser suficiente para o suprimento das necessidades básicas, dentre elas a alimentação, que deve ser suprida por meio da cesta básica.

Os dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2017) apontam que o consumo de cada item da cesta básica se dá de três formas: os alimentos que não podem faltar e que são consumidos por todos; existem outros itens importantes, mas que são menos consumidos; e há também os alimentos necessários que quase todos consomem, mas nem todos os trabalhadores podem comprar.

Interrogada sobre quantas vezes eles comem no dia dona Lucimária reagiu: *"(gargalhada) só janta e almoço, e quando acontece né, porque tem vez que nem isso".*

Perguntou-se o que se come no almoço, por exemplo? *"(Gargalhada) arroz e feijão, porque você vê os preços tá um absurdo de carne, de frango, de tudo, até ovo que era mais barato ah"! ah! ah!"(Dona Lúcimária)".*

Segundo Castro (1968, p. 85), quando o ser humano está predisposto à fome proteica, ele apresenta como primeira manifestação deste tipo de carência o "[...] retardamento do crescimento e uma [...] compleição física abaixo do normal, tendo efeitos degradantes sobre as características antropológicas do indivíduo", características que na maioria das vezes dependem do meio ambiente, mas principalmente do tipo de alimentação que o meio fornece.

Nessa perspectiva, sabemos que a carne é um alimento rico em proteínas, porém não acessível para os trabalhadores do lixão. Dona Lucimária, quando questionada sobre o que gostaria que a Universidade soubesse a partir da sua experiência, da sua vivência e que a pesquisa pudesse usar isso inclusive para denunciar, sendo porta voz de algumas causas deles, ela comenta:

> *Que o prefeito né, melhore as condições aqui pra gente e pra muita gente que tá precisando né, porque tem muita gente sem casa, aqui mesmo, aqui mesmo, aí dentro ó, aí dentro tem um bocado de família e acho que vocês tava lá do outro lado vocês viu né? Tem gente lá que tá precisando de casa, precisa de conforto e não tem, coitado aí dentro nem água mesmo, não sei se eles falaram. (Dona Lucimária).*

Percebe-se que essas pessoas são acometidas pelo abandono do poder público, reforçando ainda mais a condição de pobre em que vivem, estão separadas do resto da sociedade e sendo forçadas a ocuparem as beiras ou as margens e nunca desfrutam das oportunidades e privilégios do meio, do centro.

Santos (1978) reforça que no circuito inferior não existe acumulação de capital e que "a sobrevivência e a garantia de satisfação das necessidades da família no dia a dia é a preocupação mais importante; e que a participação de certas formas de consumo modernas também é secundária, na medida do possível" (SANTOS, 1978, p. 51).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fome é a realidade de 828 milhões de pessoas no mundo, e para mais de 60 milhões de brasileiros. Ela representa a privação de alimentos e o estado de subnutrição.

Fome que a nosso ver se apresenta como o problema da mais agressiva gravidade, com uma tão explosiva carga de perigos e ameaças para a civilização quanto os problemas das armas nucleares de destruição maciça (CASTRO, 1968, p. 13).

O presente estudo torna evidente que o desequilíbrio econômico é fator determinante nas diferenças de distribuição espacial, que resulta na desigualdade social. Santos (1978) apresenta a sociedade urbana através da divisão entre aqueles que têm acesso às mercadorias de forma permanente e os que, embora tendo as mesmas necessidades, não estão na condição de satisfazê-la, devido ao alcance esporádico ou insuficiente ao dinheiro, resultando em diferenças qualitativas e quantitativas de consumo.

É a partir deste cenário que a cidade se contrapõe entre dois subsistemas: o circuito interno retratado pelas áreas que são submetidas à margem, pessoas vivendo subnutridas, tirando a sobrevivência do “Lixão”, na produção agropecuária mais simplificada voltada para o mercado local, com formas simples de viver e produzir, sendo pressionados pela perda do poder aquisitivo e risco de fome na perspectiva da perversidade apresentada por Santos (2009); e o circuito externo representado pelo que há de mais denominável de moderno, pois no desenvolvimento do agronegócio, em que torna a cidade fronteira internacional de grãos insere a força dos monopólios do mercado de commodities, atividades econômicas que se impõe e promovem a convergência dos investimentos na direção dos grandes mercados.

A partir das localizações dos Centros de Referência é possível observar as áreas onde se encontram maior parte da população (pobre) que é acometida pela fome e vulnerabilidade social, e por outro lado os equipamentos tidos como do “centro” como empresas de grande porte, condomínios de luxo, fazendas industriais, situações de grande concentração de renda indicam o espaço geográfico contraditório do município. Segundo as Técnicas de Referência dos CRAS, há pelo menos 300 famílias no entorno de cada um dos seis CRAS, vivendo em situação de fome. Já os 90% dos Diretores Escolares, afirmaram que há alunos que chegam com muita fome na escola, e ainda, que muitos desses estudantes não se alimentam antes de comparecer ao ambiente escolar, sendo essa a única refeição do dia.

É nessa perspectiva que se observa o contraponto de uma cidade em que o PIB alcança R$ 5.178.166, 44 o que daria um PIB *per capita* de R$ 33.313,17 conforme IBGE,

2019, por outro lado a extrema pobreza indicada no CadÚnico do Governo Federal (anexo) expõem 37.299 pessoas vivendo em situação de extrema pobreza. Estes dados indicam não só o subdesenvolvimento de Barreiras, mas também, que a fome é seu principal problema social. Nesta condição de (não reformular ideologias, combater a opressão de sua classe, reagir de maneira mais visível às opressões, sofrimento e privações do que é básico) os pobres de Barreiras sobrevivem como podem, do lixão, da esmola, da concessão insuficiente da cesta básica da Assistência Social, sobrevivem à fome. Alguns morrem lentamente. Cidadania rebaixada, cidadania diminuída, quase um não cidadão, enfim.

A riqueza aqui produzida não constitui um problema não fosse a sua mortífera concentração para não falar da predação dos recursos indispensáveis à vida como água e floresta de cerrado.

Tal problemática da fome além de ser um grande problema social de Barreiras é imoral, injusta, violenta, usurpadora da vida e da cidadania de milhares de barreirenses.

REFERÊNCIAS

A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano a Alimentação no Brasil: Documento elaborado para a visita ao Brasil do Relator Especial da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas sobre Direito a Alimentação. IPEA, 2002. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/segurança_alimentar.pdf. Acesso em 23 abr. de 2022.

Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH). **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional.** Organização por Marília Leão. Brasília: ABRANDH, 2013.

ALMEIDA, K. M.; ANDRÉ, M. C. P,; CAMPOS, M. R. H.; DÍAS, M. E. P. Hygienic, sanitary, physical, and functional conditions of Brasilian public school food services. **Revista de Nutrição**, v. 27, n. 3, p. 343-356, 2014.

ALPINO, T. D. M. A.; SANTOS, C. R. B.; BARROS, D. C. D.; FREITAS, C. M. D. COVID-19 e (in) segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. 1-17, 2020.

AMARAL, V. R. do; BASSO, D. Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: uma análise em perspectiva histórica. **Colóquio**, v. 13, n. 1, p. 181-200, 2016.

ARQQUE, R. G. C.; FERREIRA, J. C. S.; FIGUEIREDO, R. S. A importância da merenda escolar para a comunidade. **Research, Society and Development**, v.10, n. 14, p. 1-8, 2021.

AZEVEDO, E. Agro é fome. Ultraprocessados, ultraesfomeados e o sistema agroalimentar moderno. **Le Monde Diplomatique,** ano 14, n. 166, p. 4-5, 2021.

BERNIER, A. Os evangélicos e as eleições. Uma década paradoxal. **Le Monde Diplomatique,** ano 14, n. 179, p. 15, 2022.

BEZERRA, J. E. Agronegócio e a nova divisão social e territorial do trabalho agropecuário formal no Nordeste. 2008. 259f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza. 2008.

BOVOLENTA, G. A. Cesta básica e a assistência social: notas de uma antiga relação. **Serviço Social e Sociedade**, n. 106, p. 365-387, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. *Direito Oficial da União,* Brasília, 5 fev. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Políticas de Alimentação Escolar *Profuncionário* – curso técnico de formação para funcionários da educação. 2006. 88 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/12_pol_aliment_escol.pdf Acesso em 04 de jun. 2022.

BURITY, V.; FRANCESCHINE, T.; VALENTE, F.; RECINE, E.; LEÃO, M.; CARVALHO, M. de F.. Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: DF. ABRANDH, 2010.

CAMPOS, C. C.; SIMONSEN, R.; AIDAR A. C. K. O agronegócio no Brasil interessa a quem? **Agronegócios**, Cadernos FGV Projetos, ano 2, n. 4, p. 4, 2017. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6910/304.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2022.

CASTRO, J. **Fome:** um tema proibido - últimos escritos de Josué de Castro. 1.ed. Organizado por Anna Maria de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, J. de. **Geografia da fome o dilema brasileiro: pão ou aço.** 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

CASTRO, J. **O livro negro da fome.** 3. ed. São Paulo. Editora Brasiliense, 1968.

CASTRO. J. **Geopolítica da Fome**: Ensaios sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. 6. ed. São Paulo. Editora Brasiliense, 1961.

CAVALCANTE, H. R. C. et al. Direito humano à alimentação como liberdade: programas de combate à fome e o panorama brasileiro. **Novos direitos**, v. 6, n. 2, p. 49-74, 2019.

CESAR, J. T. et al. Adesão à alimentação escolar e fatores associados em adolescentes de escolas pública na região Sul do Brasil, **Ciências e Saúde Coletiva**, v. 25, p. 977-988, 2020.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **Conceitos.** Por Renato Luiz Abreu Machado. Lei de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan). 2006.

COPETTI, Tiago. *Brasil produz comida para alimentar até 1,6 bilhão de pessoas*. Jornal do Comércio, out. 2020. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/agro/2020/10/761466-brasil-prduz-comida-para-alimentar-ate-1-6-bilhao-de-pessoas.html. Acesso em: 15 de maio de 2022.

DA CRUZ, S. R. Uma análise sobre as ações de combate à fome no brasil: da década de 1990 à estruturação do sisan. VIII **Jornada Internacional de Políticas Públicas**, n.p., 2017.

DA ROCHA, M. I. R., ALVIM, A. M. Os Efeitos da Produção de Biocombustíveis sobre a Oferta de alimentos no Brasil e nas principais Regiões Produtoras do Mundo. **XII Salão de Iniciação Científica da PUCRS, 2011, Brasil,** p. 1-3, 2011.

DALBERIO, O.; DALBERIO, M. C. B. **Metodologia Científica: desafios e caminhos**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2009.

DE LIMA SALES, L. G.; SALES, R. M. M.. Território em transformação: impactos do agronegócio no oeste baiano. **Percurso**, v. 1, n. 11, p. 110-127, 2012.

DEMO, P. **Pobreza Política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira**. 1 ed. Campinas, São Paulo: Armazém do Ipê (autores associados), 2006.

DEMO, P. **Política social, educação e cidadania**. São Paulo. 2. ed. Papirus, 2003.

DEMO, P. **Sociologia: uma introdução crítica**. 2º edição. São Paulo: Atlas, 1983.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Custo de cesta básica recuou em 20 capitais.** São Paulo, 2017. (Nota à imprensa)

DOS SANTOS, E. A.; NETO, A. S. C. Urbanização dos cerrados baianos: análise das transformações socioespaciais em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. **Geografia (Londrina)** v.30. n. 1. p. 205-225, 2021.

ELIAS, D; PEQUENO, R. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR),** 2007, v. 9, p. 25-39, 2007.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO. 2019. The State of Food Security and nutritión in the World 2019. Protegerse frente a la desaceleracion y el debilitamiento e la economia. Rome, FAO. http://www.fao.org/3/ca5162es/ca5162es.pdf

FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO. 2021. The State of Food Security and nutrition in the world 2021. Transforming foof systems for food security, improved nutrytion and affordable healthy diets for all. Rome, FAO.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO. 2022. The State of Food Security and nutritión in the World 2022. Repurposing food and agricultural policies tomake healthy diets more affordable. Rome, FAO.

FARIAS, A. B. E. de. O papel da agricultura familiar para a diversificação e valorização da produção de alimentos pós-revolução verde no Brasil. **Revista de Direito Agrário e Agroambiental**, v. 1, n. 2, p. 75-90, 2015.

FEBRER, Maria Teresa; R., J. M. M. **Cadernos de Trabalho sobre o Direito à Alimentação.** PROSALUS, Espanha, 2014. Disponível em: https://www.fao.org/3/i3454o/i3454o.pdf. Acesso em: 12 dez. 2021.

FERNANDEZ, F. N.; AZEVEDO, N. J. D. Objetivos e resultados da reforma agrária no Brasil. Estudo de caso do Assentamento Canudos em Goiás. RDE – **Revista de Desenvolvimento Econômico,** ano XVI, dezembro 2014. Disponível em: http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/3326/2548. Acesso em 20 jan., 2022.

FREDERICO, Samuel. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. **Caderno Prudente de Geografia,** n. 33, v. 1, p. 5-23, 2011.

FREITAS, M. C. S. **Agonia da fome [online].** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Salvador: EDUFBA, 2003. 281 p. Available from SciELO Books http://books.scielo.org

FREITAS, P. A. N. de; PORTELA, L. F.; VASCONCELOS, A. C. C. P. de. Desafios para efetivação do DHAA no contexto Neoliberal Brasileiro: uma reflexão crítica. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** v. 16 n. 1, p. 1-15, 2018.

GASPI, S.; LOPES, J. L. Desenvolvimento sustentável e revolução verde: uma aplicação empírica dos recursos naturais para o crescimento econômico das mesorregiões do Paraná. In: **XI ANPEC-Sul** – Encontro Regional de Economia, p. 1-16, 2008, Universidade Federal do Paraná, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL. A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL. A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL. A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIORDANO, S. R. **Competitividade regional e globalização.** 1999. 225 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana)- FFLCH, Universidade de São Paulo, 1999.

GONÇALVES, M. A. **O trabalho no lixo**. 2005. 307 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2006.

HARVEY, D. **O enigma do capital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

https://istoe.com.br/ O que é a Fome/ 24 dez 2021. AFP. ISTOÈ. Independente

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IBGE CIDADES. Barreiras – BA. Disponível em https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/mundo-barreiras/histórico acesso em 15 de jun. de 2022.

II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em Olinda: relatório final; 2004 17-20 mar.; Olinda, Pernambuco. Olinda; Ministério da Saúde; 2004.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015 (PENSE).* Rio de Janeiro: IBGE; 2016.

ISSA, R. C. et al. Alimentação escolar: planejamento, produção, distribuição e adequação. **Revista Panamericana de salud pública**, v. 35, p. 96-103, 2014.

LAZZARI, F. M.; SOUZA, A.S. Revolução Verde: Impactos sobre os conhecimentos tradicionais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE: MÍDIAS E DIREITOS DA SOCIEDADE EM REDE, 4., 2017, Santa Maria. **Anais.** Santa Maria: UFSM, 2017. P. 1-16. – Universidade Federal de Santa Maria.2017.

LIMA, K. B. F. de. A derivação e sua produtividade: análise de livros didáticos de língua portuguesa. **Revista Philologus,** Ano 20, n. 60, p. 16. CiFEFiL. 2014.

LIMA, Thiago (org). **Segurança Alimentar e Relações Internacionais**. 1. ed. João Pessoa. Editora UFPB, 2019.

LUDKA, Vanessa M. A região do Contestado, a fome e a pobreza como permanência da guerra. **REVISTA NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses)**, v. 2, n. 5, p. 1-24, dez., 2016.

MACHADO, A. L.; FRANÇA, A. B.; RANGEL, T. L. V. Carestia, mapa da fome e o agravamento da insegurança alimentar e nutricional em tempos de pandemia: o retrocesso brasileiro na política de combate à fome. **Boletim de conjuntura (BOCA)**, v. 8, n. 24, p. 87-101, 2021.

MALUF R. S. MENEZES F. Caderno ‘segurança alimentar’. Conferências do Fórum Social Mundial. 53p., 2000.

MALUF R; MENEZES F; VALENTE F. Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação NEPA/UNICAMP** 1996; 4: 66-88.

MANIGLIA, E.; CARVALHO NETO, G. R. de. Segurança alimentar vs. globalização econômica: possíveis ameaças à sustentabilidade ambiental, à biodiversidade e aos direitos humanos agroalimentares. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 15, n. 2, p. 1-26, 2020.

MAROUELLE, R. P. **O desenvolvimento sustentável da agricultura no cerrado brasileiro.** Brasília, Universitário de Brasília, 2003. 54p. (Monografia *Latu sensu).*

MENEZES, W. G. M. D. **Globalização e fragmentação: a agricultura científica em Formosa do Rio Preto- Bahia.** 2014. 193f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós – Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2014.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. 1. ed. São Paulo. Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo. 3. ed. Boitempo, 2002.

MONDARDO, M. L. A "territorialização" do agronegócio globalizado em Barreiras – BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio- territoriais. **Revista NERA,** ano 13, n. 17, p. 112 -130, 2010.

MOREIRA, R. J. Críticas ambientalistas à revolução verde. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, p. 39-52, 2000.

MOTA, C. H.; MASTROENI, S. S. D. B. S.; MASTROENI, M. F. Consumo da refeição escolar na rede pública municipal de ensino. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 94, p. 168-184, 2013.

MOYSES, M. A.; LIMA, G. Z. Desnutrição e fracasso escolar: uma relação tão simples? **Revista ANDE**, v. 1, n. 5, p. 57-61, 1982.

NETTO, José Paulo. **A ordem social contemporânea é o desafio central**. 33º Conferência Mundial de Escolas de Serviço Social. Santiago do Chile, 28/31 de agosto de 2006.

OLIVEIRA, C. M. C.; HECKERT, A. L. C. Os centros de referência de assistência social e as artes de governar. **Fractal: revista de Psicologia,** v. 25, p. 145-160, 2013.

OLIVEIRA, M. A. B. **Do Sertão São Franciscano ao Oeste da Bahia: uma análise da trajetória de políticas do Estadono processo de formação territorial (1989-2014)**, 2015. 263 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências.

OLIVEIRA, M. L. M. de. **Geografia da fome: a expressão dramática da desigualdade sócio-espacial brasileira.** 2013. 172 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

ONO, G. S. **Análise do Impacto dos Preços das Commodities sobre a Inflação no Brasil.** Escola de economia de São Paulo. 2014. 46 f. Escola de Economia de São Paulo.Fundação Getúlio Vargas. São Paulo.

Organização das Nações Unidas. Crescimento da renda dos 20% mais pobres ajudou Brasil sair do mapa da fome, diz ONU; 2015 [acesso 2022 jun 13]. Disponível em: http://nacoesunidas.org/crescimento-da-renda-dos-20-mais-pobres-ajudou-brasil-a-sair-do-mapa-da-fome-diz-onu/.

PENA JUNIOR, M. A. G. NOGUEIRA, V. G de C. Covid 19 abalou o mundo, mas não a necessidade por alimentos. 2021. Disponível em: https://agrorevenda.com.br/covid-19-abalou-o-mundo-mas-nao-a-necessidade-por-alimentos-/. Acesso em 04 de maio de 2022.

PEREIRA, M. et al. Território e fome, conceitos e reflexão. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, v. 1, n. 19, p. 273-291, jan. 2016.

PEREIRA, V. T.; GUARESCHI, P. A. A psicologia no CRAS: um estudo de representações sociais. **Psicologia e Sociedade**, v. 29, p. 1-11, 2017.

PINA, N. V. M..; MONDARDO, M. L. Duas faces, uma região: da pujança do agronegócio à pobreza e precariedade das populações locais no oeste da bahia. **Revista Geonorte**, Edição Especial 3 7(1): 1545-1556, 2013.

PINTO, P. A. L. A.; PEREIRA, E. S.; OLIVEIRA, M. C.; SANTOS, J. M.; MAIA, S. F. Aplicação do Modelo ARIMA à Previsão do Preço das Commodities Agrícolas Brasileiras. Anais do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Rio Branco, p. 1-21. 2008.

POBLACION A.P.; MARÍN-LEÓN, L.; SEGALL-CORRÊA, A. M.; SILVEIRA, J. A.; TADDEI, J. A. A. C. Insegurança alimentar em domicílios brasileiros com crianças menores de cinco anos. **Caderno de Saude Publica** 2014; 30(5): 1067-1078.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/ agrícola de uso dos recursos naturais. **Inter Thesis,** v.1, n.1, p.1, 2004.

POZZETI, V. C.; GOMES, W. R. B. O princípio da precaução e o pacote do veneno: o projeto de lei nº 6.299/2002 e as estratégias para enfraquecer a fiscalização dos agrotóxicos no brasil. **Revista de Direito Agrário e Agroambiental,** v. 4, n. 2, p. 71-90, 2018.

POZZETTI, V. C.; SANTOS, M. A.; SOUZA, V. R. Análise da concessão de incentivos fiscais para produção de agrotóxicos sob o viés do princípio da seletividade tributária. **Percurso**, v. 2, n. 29, p. 396-402, 2019.

POZZETTI, V. C.; SANTOS, U. A. C. dos.; MICHILES, M. P. O direito humano à alimentação saudável: da revolução verde ao projeto de ei de proteção de cultivares (PL nº 827/ 2015). **Relações internacionais do Mundo Atual**, v. 2, n. 23, p. 390-410, 2019.

POZZETTI, V. C.; SANTOS, M. A.; SOUZA, V. R. de. Análise da concessão de incentivos fiscais para produção de agrotóxicos sob o viés do princípio da seletividade tributária. **Percurso**, v. 2, n. 29, p. 396-402, 2019.

ROSA, A.F.; SOUZA, P.R. Fome: excludente do princípio da dignidade da pessoa humana. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas**, vol. 02, n 2, p. 90-131, 2014.

ROSANELI, C. F.; RIBEIRO, A. L. C; ASSIS, L.; SILVA, T. M.; SIQUEIRA, J. E. A fragilidade humana diante da pobreza e da fome**. Revista Bioética**, n. 23, v. 1, p. 89-97, 2015.

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. **O tamanho da pobreza – economia política da distribuição de renda**, 1. ed. Garamond, 1999.

SAMPAIO, V. S. **Modernização da agricultura e seus rebatimentos nas relações de trabalho no campo brasileiro.** Universidade do Estado da Bahia-UESB, Bahia, 2010. (Parte

da discussão da tese de doutorado no núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe).

SANDRONI, P. **Novo dicionário de Economia**. 1. ed. São Paulo, 1994.

SANTANA, D. P. **Agricultura e o desafio do desenvolvimento sustentável.** Sete lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2005. 18 p. (Embrapa, Milho e Sorgo. Comunicado técnico, 132).

SANTOS FILHO. Milton. **O processo de urbanização no oeste baiano**. 1. ed. Recife: SUDENE, 1989.

SANTOS, C. D. dos. Difusão do agronegócio e reestruturação urbano-regional no Oeste Baiano. **GeoTextos**, v. 12, n. 1, p. 157-181, 2016.

SANTOS, C. M. dos S. **Impactos da modernização da agricultura no oeste baiano: repercussão no espaço do cerrado a partir da década de 80**. Salvador, 2000. 232p. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal da Bahia.

SANTOS, L. M. P. et al. Avaliação de políticas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002: Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. 2681- 2693, 2007.

SANTOS, M. (1978). **Pobreza Urbana.** 3. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, M. (1979) **Espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos/** Milton Santos; tradução Myrna T. R. V.. 2. ed. 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M. (2000). **Por Uma Outra Globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal.** 18 ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão.** 1.ed. São Paulo: Editora Nobel, 1987.

SCHAPPO, S. Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da Covid-19. **SER SOCIAL**, v. 23, n 48, p. 28-52, 2021.

SERRA, L.S.; MENDES, M. R. F.; SOARES, M. V. A.; MONTEIRO, I. P. Revolução Verde: reflexões acerca da questão dos agrotóxicos. **Revista Científica do Centro de Estudos em Desenvolvimento Sustentável da UNDB**, v.1, n. 4, p. 2-25, 2016.

SHIVA, V. **Guerra por águas: privatização, poluição e lucro**. 1 ed. São Paulo: Radical Livros, 2006.

SINGER, Paul. A erradicação da miséria: uma abordagem inicial. Disponível em: http://acesso.mte.gov.br/data/ffiles/8A7C812D3ADC4216013AFAE0D85014C0/A%20ERRADICA%C3, v. 87, p. 1-3, 2015.

SOUZA, M. A. de. Globalização e efeitos perversos: Relendo a Geografia da Fome. Texto elaborado para o I ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, realizado em Aracajú, de 5 a 9 de setembro de 1995.

SOUZA, U. B. de. SANTOS, P. S.; BRANDÃO, P. R. B. Agronegócio e mudanças espaciais: um estudo de caso do espaço barreirense. **Caminhos de Geografia**, v. 16, n. 56, p. 95-109, 2015.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia – Contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** 1. ed. São Paulo: UNESP, 2004.

TEIXEIRA, S. M. Trabalho interdisciplinar no CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza? **Textos e Contextos (Porto Alegre)**, v. 9, n. 2, p. 286-297, 2010.

TELLES, V. Pobreza e Cidadania. In: Terceirização: precariedade e condições de vida. In: Martins HHTS, Ramalho Júnior, editores. Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho. São Paulo: Editora Hucitec, CEDI/NETS; p. 85-111, 1994.

TOLEDO, Márcio R. Especialização Regional Produtiva e a atual Organização da Agricultura no Brasil. **Geografia, Londrina**, v. 26, n. 2, p. 98-115, 2017.

VALENTE, F. L. S. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. **Saúde e sociedade**, v. 12, nº 01, p. 51-60, 2003.

VALENTE, F. L. S. Do combate à fome à segurança alimentar e nutricional: o direito à alimentação adequada. **Revista de nutrição PUCCAMP,** 10 (1) p. 20-36, 1997.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

ZIEGLER J. **Destruição em massa: geopolítica da fome.** 1. ed. São Paulo: Cortez; 2013.

ZIEGLER, J. **A Fome no mundo explicada a meu filho.** 1. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

ZIEGLER, Jean. Fome e Direitos Humanos. IHU, 18 abr. 2008. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/13281-fome-e-direitos-humanos-artigo-de-jean-ziegler. Acesso em: 20 jun. 2022.

APÊNDICE

Apêndice A – Questionário Diretores

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB

CAMPUS IX

Departamento de Ciências Humanas – DCH

QUESTIONÁRIO PARA DIRETORES

Este questionário objetiva um levantamento de dados para fins de trabalho monográfico que discute a fome em Barreiras. Colabore! Você não precisa se identificar.

1-A escola em que você trabalha fica no bairro:

( ) Barreirinhas ( ) Vila Brasil ( ) outros:_____

( ) Morada da Lua ( ) Centro

( ) Flamengo ( ) zona rural

2- Quantos estudantes estão matriculados?

( ) até 200 ( ) até 400 ( ) média de 500 ( ) entre 500 a 700

3- A alimentação escolar é consumida por todos estudantes?

( ) não

( ) sim

4- O cardápio da alimentação escolar é proposto:

( ) por nutricionista

( ) pela opinião dos estudantes ou opinião da Direção

5- Na sua opinião, a alimentação escolar servida pela escola é: (pode marcar mais de uma alternativa)

( ) a única refeição que muitos estudantes fazem no dia

( ) estudantes não comem tanto, há muito desperdício

( ) todos os estudantes esperam a hora da alimentação escolar com muito entusiasmo

6- Você já verificou que na escola há estudantes que chegam com muita fome?

( ) sim ( ) não

7 Alguns estudantes apresentam aspecto de fome ou desnutrição?

( ) poucos ( ) muitos ( ) o estudante e sua família demonstram passar fome

8 Alguns estudantes assumem que passam fome?

( ) poucos ( ) muitos ( ) somente quando já estão passando mal

Apêndice B – Questionário CRAS

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
CAMPUS IX

Departamento de Ciências Humanas – DCH

QUESTIONÁRIO PARA TÉCNICAS DE REFERÊNCIA DO CRAS

Este questionário objetiva o levantamento de dados para fins de trabalho monográfico que discute a fome em Barreiras. Colabore! Você não precisa se identificar.

1.O CRAS em que você trabalha fica no bairro:

( ) Barreirinhas ( ) Vila Brasil ( ) outros:_____

( ) Morada da Lua ( ) Centro

( ) Flamengo ( ) zona rural

2. Certamente, os casos de famílias que passam fome estão registrados no prontuário SUAS. Poderia indicar o número de famílias que estão nesta condição??

( ) até 200 ( ) até 400 ( ) média de 500 ( ) entre 500 a 700

3. A alimentação servida é consumida por todos que frequentam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos?

( ) não

( ) sim

4. O cardápio da alimentação é proposto:

( ) por nutricionista

( ) pela opinião dos adolescentes ou opinião da Coordenação

5. Na sua opinião, a alimentação servida é: (pode marcar mais de uma alternativa)

( ) uma das únicas refeições que muitos adolescentes fazem no dia

( ) não é muito importante, há muito desperdício

( ) é importantíssima, crianças e adolescentes esperam a hora do lanche com muito entusiasmo

6. Você já verificou que no bairro e adjacências do CRAS há muitas famílias que passam fome?

( ) sim ( ) não

7. Algumas famílias apresentam aspecto de fome ou desnutrição?

( ) poucas ( ) muitas ( ) nenhuma

8 De acordo com os atendimentos do CRAS quantas pessoas estão em situação de fome

( ) Até 100 famílias ( ) Até 200 famílias ( ) 400 ou mais ( ) não há famílias em condição de fome

Apêndice C – Entrevista transcrita

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
CAMPUS IX

Departamento de Ciências Humanas – DCH

ENTREVISTA COM A PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DO ATERRO SANITÁRIO (Dona Lucimária Pereira de Oliveira)

Tempo de gravação: 07 min. e 45 seg.

P. Dona Lucimária, a senhora é presidente...?

L. Da Associação dos catadores do aterro sanitário, nome da Associação - Nova Esperança.

P. A gente tá vendo que tá tendo uma mudança aqui né, como era a vida de vocês antes da mudança, em relação ao tanto que vocês comiam, o tanto de renda que vocês produziam, como é que era antes, era melhor?

L. Era bem melhor, com certeza, era bem melhor, porque o que a gente produzia aí a gente vendia né e recebia bem melhor o valor.

P. E era mais ou menos quanto que dava de renda para cada casa, para cada pessoa que morava aqui que era chefe de família?

L. Ó quem trabalhava direitim tirava assim no valor assim de 2.000, 2.500 por mês, e tinha vez que não era nem por mês, tinha vez que era até por quinzena.

P. Isso porque vocês vendem...

L. O ferro, o alumínio, papelão, a latinha e o plástico.

P. E agora o prefeito fechou para fazer o aterro em outro lugar, e como é que tá sendo a atenção do poder público para vocês?

L. Pra nós aqui tá devagar né, porque ele (o prefeito) fechou aí, empatou o pessoal trabalhar, pra trabalhar aí e agora a gente tá no sofrimento por que o dinherim que a gente recebe num dá pra se manter, nem pra pagar as conta, né? Porque 800 reais, o que é que a gente faz com a casa cheia de gente, com remédio e tudo, porque inclusive mesmo esse daqui (o filho) tá doente com problema de coluna (que segundo ela está relacionada ao trabalho desenvolvido no lixão), os exames que eu acabei de fazer hoje de manhã, aí não tem como porque vem

remédio, vem leite para as crianças e tudo e se ele (o prefeito) pelo menos ajudasse a gente com esses 800,00 reais e uma cesta, ainda ia, mas só 800,00 dá pra quê?

P. A senhora acha que essa dor na coluna dele é resultado do trabalho que ele vem fazendo durante esse tempo no lixão?

L. Com certeza, resultado de tanto abaixar e levantar.

P. E essa saída, esse fechamento do aterro, foi bem conversado com vocês?

L. Moço eles conversou aí com a gente, vieram e explicou aí muita gente não entendeu direito como foi, foi sem pé, sem cabeça e aí fechou aí, foi meio que uma ordem.

P. A Associação tem quantas pessoas?

L. No cadastramento de 60 a 70, mas fora, sem ser os cadastrados vai pra base de uns 100.

P. Porque cadastra o chefe da família ou a chefa da família né, aí tem as crianças, os jovens, é assim?

L. Não, os jovens eles não botou não.

P. Pois é não botou, mas existe aqui, estão comendo daqui, estão vivendo daqui.

L. Com certeza, não colocaram, não botaram os de 14 anos até os de 16 anos não colocaram não, só colocou um, um sozinho de 17 anos.

P. E as crianças daqui e os jovens, eles estudam, ou fica muito difícil ir lá e voltar?

L. Estudam, aqui tem um ônibus.

P. Ah que pega né?

P. E a gente tá fazendo essa pesquisa cruzando assim como a gente produz riqueza em Barreiras e como tem muita gente passando necessidade, como é que a senhora vê essa desigualdade dentro de Barreiras?

L. Tá muito difícil né, muito difícil mesmo, porque não tem cabimento não, desse sofrimento todo.

P. O pessoal tá comendo quantas vezes no dia?

L. (gargalhada) só janta e almoço, e é quando acontece né, porque tem vez que nem isso.

P. E o que é que se come no almoço, por exemplo?

L. (gargalhada) arroz e feijão, porque você vê os preços tá um absurdo de carne, de frango, de tudo, até ovo que era mais barato ah”! ah! ah! Porque você o preço tá uns absurdo de carne, de frango tudo, até o ovo que era mais barato (gargalhada).

P. E vocês frequentam o CRAS, o CRAS sabem que vocês existem, e que estão passando necessidade?

L. Sim sabe, aí pra saber que nós tá passando necessidade eu acho que não, mas... e deve saber também né, que a semana passada eles vieram aqui, eu não sei se elas conversaram com eles.

P. E o posto de saúde, vocês frequentam, vacinas, tomaram a vacina da Covid-19?

L. Frequenta, sim, tomamos, eu tomei a minha ontem.

P. A gente é da Universidade, o que você gostaria que a Universidade soubesse a partir da sua experiência, a partir da sua vivência e que a pesquisa pudesse usar isso inclusive para denunciar, sendo porta voz de algumas causas de vocês. A cidade tá produzindo muito, essa região toda aqui ela produz muito, e o que é que a gente faz com essa produção, a gente "manda" para fora, então entra muito dinheiro na cidade, só que assim, se a gente tá produzindo tanto e vocês, o que é que estão necessitando? Porque a gente tem uma grande produção de riqueza e do lado uma grande produção de fome.

L. Que o prefeito né, melhore as condições aqui pra gente e pra muita gente que tá precisando né, porque tem muita gente sem casa, aqui mesmo, aqui mesmo, aí dentro ó, aí dentro tem um bocado de família e acho que vocês tava lá do outro lado vocês viu né? Tem gente lá que tá precisando de casa, precisa de conforto e não tem, coitado aí dentro nem água mesmo, não sei se eles falaram, a caixa tá vazia.

P. A água de lá vem aqui também é?

L. Não, nós temo nosso aqui, e lá quem coloca é um pipa. A água aqui é salobra.

P. Só para beber, que vocês pegam de outra, mas o resto tudo é água salobra né?

L. É água salobra.

ANEXOS

Anexo A

BARREIRAS-BA
Cadastro Único

BARREIRAS-BA

Famílias Cadastradas
04/2022
30.610

Famílias
em situação de Extrema Pobreza
13.907 (45%)

Famílias
em situação de Pobreza
4.616 (15%)

Famílias
de Baixa Renda
6.365 (21%)

Famílias
Acima de 1/2 Sal. Min.
5.722 (19%)

Atualização Cadastral
04/2022

Total de Famílias Atualizadas
20.456

Taxa de Atualização
De Todo o Cadastro
67%

Total de Famílias Atualizadas
Até 1/2 Sal. Mín.
17.815
Taxa de atualização
Cadastral Até 1/2 Sal. Mín.
72%
Fonte:MC, Cadastro Único para Programas Sociais (04/2022)
Famílias cadastradas x famílias atualizadas no Cadastro Único

Pessoas Cadastradas
04/2022
73.098

Pessoas Cadastradas em Famílias
em situação de Extrema Pobreza
37.299 (51%)

Pessoas Cadastradas em Famílias
em situação de Pobreza
11.414 (16%)

Pessoas Cadastradas em Famílias
de Baixa Renda
16.119 (22%)

Pessoas Cadastradas em Famílias
Com renda Per Capita Mensal Acima de
1/2 Sal. Min.
8.266 (11%)
Fonte: Matriz de Informação Social (SENARC/SAGI)

Fonte: Matriz de Informação Social (SENARC/ SAGI)